



EDIÇÃO ESPECIAL

Ética e exercício profissional
PÁGINA 3


Relato de uma experiência:
a reforma curricular do curso de Psicologia da FCH/FUMEC
PÁGINA 8 e 9

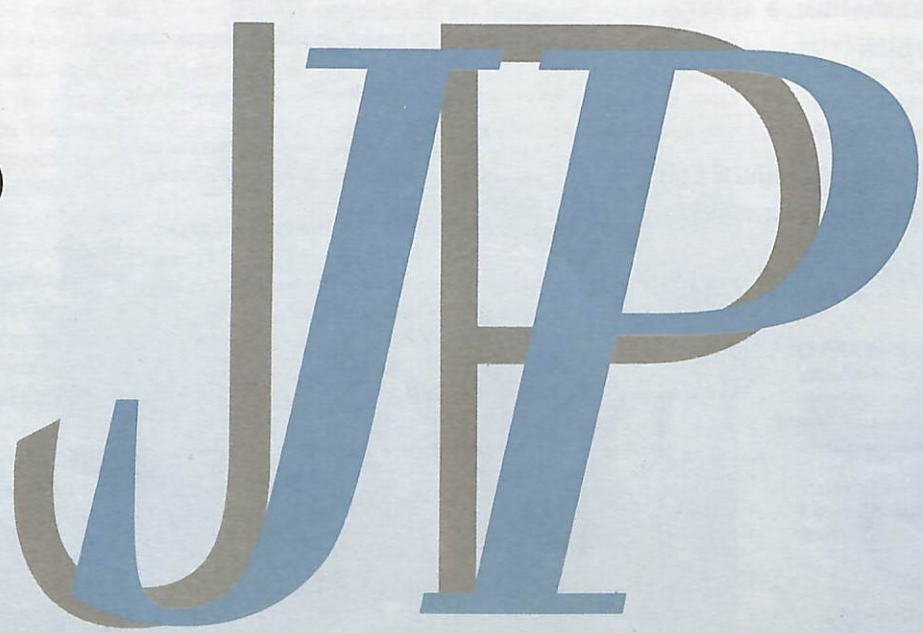
Os atuais cursos de Psicologia estão capacitando os profissionais para atuar com eficácia na área da Psicologia do Trânsito?
PÁGINA 10

Psicologia, psicoterapia e psicopedagogia
PÁGINA 14 e 15

Desafios para um novo tempo

JORNAL DO PSICÓLOGO
BELO HORIZONTE
ANO 17 Nº 65
DEZEMBRO 1999

 **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA**
CRP - 04



Ed	EDITORIAL.....	2
Á	ARMAÇÃO	2
Ét	ÉTICA	3
Ag	AGENDA	4
T	TESE	5
■	INSTITUCIONAL	6
C	CAPA	7
U	UNIVERSIDADE	8/9
I	INTERFACE	10
A	ATUALIDADE	11
CR	O CONSELHO RESPONDE	12
PP	POLÍTICAS EM PSICOLOGIA ..	13
RP	REDE PSICOLÓGICA.....	14/15
H	HOMENAGEM.....	16



**“Quando eu soltar a minha voz
Por favor entenda
Que palavra por palavra
Eis aqui uma pessoa se entregando
Coração na boca, peito aberto, vou sangrando...
São as lutas dessa nossa vida que estou
cantando”**

Gonzaguinha

Se a tecnologia permitisse, e creio que não demorará muito para isto, a melhor forma de nos dirigirmos a vocês seria através de um texto cantado. Na impossibilidade, fica o desejo explicitado, a partir dos versos de Gonzaguinha, de uma comunicação com garra, emoção e determinação, palavras que referenciam as nossas ações.

Mais de um ano já se passou desde que este plenário assumiu com o objetivo central de cuidar da profissão.

Neste período, soltamos a nossa voz, nos entregando, junto com vocês, em diversas lutas: das pessoas que sofrem, por terem suas vidas trancadas; dos colegas que se preocupam com a formação profissional; dos profissionais que buscam aperfeiçoar os nossos instrumentos de avaliação; das pessoas que lutam contra a violência e pela defesa dos direitos humanos.

Para cuidar da profissão, era preciso também cuidar da própria casa. Assim, tivemos o privilégio de ser o elo da corrente que inaugurou a nova sede. Casa nova, cara nova: planejamento estratégico e novas estratégias de gerenciamento.

Tempos modernos, tempos difíceis, soluções responsáveis: redução das anuidades e resgate negociado das inadimplências.

Quem não se comunica, não cuida da profissão, nem tampouco dos profissionais: novo JP (Jornal do Psicólogo) e site na internet. Entramos numa nova era.

Quem quer cuidar da profissão precisa “ir onde o psicólogo está”. Nas segundas, andamos por aí, e nas quartas, ficamos por aqui, discutindo temas de relevância para o nosso exercício profissional. Além disso, ampliamos os nossos canais de comunicação através dos articuladores no interior.

Quanto ao futuro, em que pese a atmosfera mística que nos envolve neste momento, fica a perspectiva:

**“Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz
Eu sei que a vida podia ser bem melhor, e será
Mas isto não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita...”**

Gonzaguinha

Sem a vergonha de ser feliz, pretendemos continuar a ser eternos aprendizes no cuidado da profissão, repetindo a beleza da vida.

Feliz ano novo!

IX Plenário

JJP JORNAL DO PSICÓLOGO

IX PLENÁRIO

Adilson Rodrigues Coelho • Alysson Massote Carvalho
• Ângela Ribeiro • Andréa Máris Campos Guerra • Cassandra Pereira Franca • Custódio Cruz de Oliveira e Silva • Elaine Maria do Carmo Dias • Elione Matos Martins • Fernanda Otoni de Barros • Francisco José Machado Viana • Jorge Franca de Oliveira • Júnia Maria Campos Lara • Maria Carmem de Castro Patrocínio • Maria do Carmo Nahas Silva • Maria José Vilela Lamounier • Mariana de Campos Mendonça • Mércia Pimenta de Figueiredo • Milton dos Santos Bicalho • Relui Rachid Nagme de Oliveira • Renato Luz • Roberto Chateaubriand Domingues • Rodrigo Guimarães Silva • Ronaldo de Oliveira Zenha • Samyra Assad • Sandra Maria Garcia de Aquino • Vânia Aparecida Botega

DIRETORIA

Roberto Chateaubriand Domingues Presidente
Custódio Cruz de Oliveira e Silva Vice-presidente
Francisco José Machado Viana Tesoureiro
Maria Carmen C. Patrocínio Secretária

Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) CRP-04

Rua Timbiras, 1532 - 6º andar - Lourdes - Cep 30140-061
Belo Horizonte, MG - Telefex: (31) 213-6767
E-mail: crp04@prover.com.br

Seção Espírito Santo

Avenida Nossa Senhora da Penha, 714 - salas 809/810 -
Ed. RS Trade Tower, Praia do Canto, Vitória ES - Cep 29055-132
Tel. (27) 324-2806

Escritórios setoriais do CRP-04 em Minas Gerais

- **Triângulo Mineiro (ESTM):** Conselheiros residentes: Renato Luz (Uberaba) e Maria José Vilela Lamounier (Uberlândia) - Rua Alaor Prata, 23 - sala 605 - Ed. Os Bandeirantes - Uberaba MG - Cep 38010-050 Tel. (34) 312-5694
- **Região Sudeste (EZM):** Conselheiros residentes: Andréa Máris Campos Guerra e Relui Rachid Nagme de Oliveira - Avenida Barão do Rio Branco, 2588 - sala 901 - Centro, Juiz de Fora MG - Cep 36016-311 - Tel. (32) 215-9014
- **Sul de Minas (ESM):** Conselheiro residente: Sandra Maria Garcia de Aquino - Rua Comendador José Garcia, 239 - sala 202 - Pouso Alegre MG - Cep 37550-000 - Tel. (35) 423-8382

Jornal do Psicólogo

INFORMATIVO DO CONSELHO DE PSICOLOGIA - CRP-04

Editado pela Assessoria de Comunicação Social do CRP-04
Coordenação geral: Plenária
Comissão: Elione Matos Martins, Fernanda Otoni de Barros, Mariana de Campos Mendonça, Renato Luz, Rodrigo Guimarães

Jornalista responsável: Raquel Marzagão (Mtb 6051/MG)
Projeto gráfico: Marcelo Xavier
Edição gráfica: Grupo de Design Gráfico Ltda
Cláudia Barcellos Guimarães (Mtb 2109/MG)
Revisão: Ricardo Bandeira
Fotolito e impressão: Segrac
Tiragem: 15.000 exemplares
Distribuição gratuita
Periodicidade: trimestral

BRASIL, 500 ANOS DE ENCOBRIMENTO

Neste momento finissecular, de dicção pós-fim do mundo, presenciamos mais um esforço de uma grande parcela da mídia, do mercado e da política, por meio de celebrações “oficiosas”, de carnavalizar e des-historizar o nosso país, furtando-se a uma reflexão cidadã e crítica sobre a nossa identidade, raízes, grupos minoritários e subjetividades.

A expressão “descobrimiento do Brasil”, como nos chama a atenção o historiador José Murilo de Carvalho, é fruto de um insuportável etnocentrismo europeu, que faz questão de apagar, de uma só vez, a história de 5 milhões de indígenas, distribuídos em mais de duas centenas de etnias que aqui viviam por volta de 1492, população que, na época, quase equiparava-se à da Europa.

A paisagem zero da praia cabralina não passa de uma cena farsesca, que tenta silenciar evidências históricas de que o povoamento da Amazônia remonta a pelo menos 10.000 a.C., e o que é ainda pior, que o processo de colonização do Brasil foi violento e genocida, tendo como consequência o desaparecimento de mais de três milhões de nativos em menos de três séculos, dados que vão na contramão da cantilena que diz que o encontro dos portugueses com os indígenas foi amigável e idílico.

Ao celebrar-se os 500 anos das pedradas de um certo Álvares Cabral, que não se esqueça de fomentar e ampliar o quinhão crítico do deserto de possíveis, bem à maneira do autor de *Morte e Vida Severina*, o Cabral brasileiro (João Cabral de Melo Neto), o nosso poeta João, aquele que fiou a narrativa de nossa história sem perder o solo firme, no seco da travessia entre pedras. Pedras que não encobrem a nossa história, mas servem de alicerce para ela.

*Erro de Português
(Oswald de Andrade)*

*Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio.
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha
Despido o português.*

COMISSÃO EDITORIAL

Esse texto tem como referência o artigo de José Murilo de Carvalho, publicado na *Folha de S. Paulo*, caderno *Mais*, p.3, em 3 de outubro de 1999.
Poema extraído da revista *Palavra*, ano 1, n. 5, agosto de 1999.

ED

A

Ética e exercício profissional

JÚLIO FLÁVIO DE FIGUEIREDO FERNANDES

Os trabalhos da Câmara de Ética do CRP-04, no atendimento das solicitações de orientação recebidas da sociedade e dos colegas psicólogos, no processamento de representações e nas reflexões que surgem neste contexto, levam-nos a perguntar como cada um de nós se posiciona em defesa do exercício profissional e em defesa de sua inserção no âmbito mais geral do momento histórico e suas vicissitudes.

É certo que, a depender de cada área de atuação, essa inserção tem nuances diferentes. Na saúde, na educação, nas organizações, lidando diretamente com os problemas sociais, no trânsito, nas perícias etc, os psicólogos são levados a enfrentar faces distintas do momento histórico. Mas haverá algo que faça com que os profissionais sejam chamados a um compromisso comum? Sim. Em nosso entendimento, é exatamente o compromisso ético que nos põe uns em relação aos outros como profissionais. A partir desse compromisso, que vai além do compromisso técnico, podemos falar à sociedade como categoria e podemos ouvir dela as indicações, as ressonâncias que nos confirmam o lugar do psicólogo ou que exigem de nós reposicionamento.

Ao discutir o exercício profissional da Psicologia numa perspectiva ética, muitos tendem a imaginar uma espécie de aplicação da reflexão ética ao campo restrito das atividades dos psicólogos. Isto é uma dificuldade que pode ser superada invertendo-se a perspectiva: é a atividade dos psicólogos que se insere na noção mais ampla de ação humana. Esta ação, num sentido geral, é freqüentemente referida pelo termo grego *praxis*. Usá-lo para designar a ação humana tem a vantagem de nos permitir situá-la como sendo ela da ordem da liberdade. A *praxis* é a sedimentação do lugar do homem, o *ethos*, em relação e distintamente ao domínio da necessidade, a *physis*. Assim nos fala Henrique Cláudio de Lima Vaz:

O domínio da Physis ou o reino da necessidade é rompido pela abertura do espaço humano do Ethos no qual irão inscrever-se os costumes, os hábitos, as normas e os interditos, os valores e as ações. Por conseguinte, o espaço do Ethos enquanto espaço humano, não é dado ao homem, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído... ao invés, o Ethos do animal o encerra no espaço fechado do seu ecossistema, dando origem à Etologia como estudo do comportamento animal (Escritos de Filosofia II, p. 13)

Assim, se muitas vezes falamos de *praxis* do psicólogo, talvez estejamos querendo dizer que a atividade do psicólogo, nas várias áreas em que há esse profissional em atuação, está sempre inserida na dimensão mais ampla da ação humana como *praxis*.

Ora, esse compromisso geral, que é o ponto de referência de uma categoria, se traduz em um pacto escrito. Isto é o que pretende ser o nosso código deontológico, ao qual demos o nome de *Código de Ética dos Psicólogos*. Ele foi instituído na forma atual em 1986, e nele encontramos referências explícitas a uma intenção de olharmos, ao mesmo tempo, para a dimensão mais ampla do momento histórico e para a singularidade de nosso dia-a-dia, na lida com os momentos definidos por nossas áreas de atuação. Neste sentido, ele lembra que devemos encontrar, voluntariamente e criativamente, um cruzamento entre uma filosofia moral, tomada como "ideal ético", e a realidade, entendida como "prática cotidiana" que engendra "deveres sociais do homem" e "obrigações entre si na comunidade". As situações profissionais, portanto, com todas as implicações técnicas que de cada uma delas são exigidas, são a substância primeira desta realidade que serve de base para a codificação de nossos ideais de um exercício profissional guiado por um compromisso ético.

É a esse compromisso que poderíamos dar o nome de *intenção ética*, utilizando-nos de uma denominação de que Paul Ricoeur ("Ética e Moral". In: *Em torno ao*

Político, 1995) se vale para falar da dimensão teleológica (*teleos*=fim) como a incidência da dimensão propriamente ética que podemos resgatar em nossas ações.

Na intenção ética, Ricoeur distingue três momentos que nos parecem ser perfeitamente visíveis se voltarmos os olhos para o exercício profissional.

O primeiro momento é aquele no qual cada um de nós é incessantemente colocado em uma auto-reflexão da *praxis*. Momento em que nos damos conta de que em nós mesmos estimamos a nossa capacidade de escolher por razões, de preferir isto àquilo, e a nossa capacidade de introduzir mudanças no curso das coisas, de começar alguma coisa no mundo. Estas duas capacidades, a *intencionalidade* e a *iniciativa*, permitem que o primeiro momento da intenção ética seja tomado por nós como o momento do cuidado de Si que é requerido sempre em toda a ação humana. A ele damos o nome de *estima*.

Entretanto, o momento do cuidado de Si tem, intrínseco a ele, o momento do cuidado do outro, pois não há, na realidade humana, Si mesmo sem o outro. A relação dual do Si mesmo e do outro se explicita como o diálogo. Diálogo sobre as técnicas que nos fazem encontrar o outro que também as utiliza; diálogo sobre as relações políticas que nos fazem encontrar o outro que também vive incidências semelhantes das decisões que nos afetam; enfim, diálogo que nos coloca em contato com este outro ao qual nos dirigimos com amizade. A este cuidado mútuo que a intenção ética engendra como o segundo dos seus componentes, damos o nome de *solicitude* (ou amizade).

Há, ainda, como terceiro e último componente da intenção ética, a dimensão do cuidado dos outros. Esses que, mesmo ligados de alguma forma aos nossos movimentos profissionais e pessoais, não compartilham do diálogo do Si mesmo e do outro que se estabelece como solicitude. O cuidado dos outros somente pode se dar a partir da criação de instituições justas. Instituições, lembremos, são "todas as estruturas do viver-em-comum de uma comunidade histórica". Este terceiro componente da intenção ética é o reconhecimento da existência do cada um com o qual a idéia de justiça deve lidar. Não se pensa a justiça considerando-se apenas o nosso próximo, o amigo ao qual a solicitude (estima do outro) se refere. É necessário incluir o cada um, referência aos outros que empiricamente estão distantes do diálogo íntimo do Si e do outro.

Assim, na intenção ética, resgate da dimensão teleológica de nossas ações, encontramos sempre estes três elementos: a *estima*, a *solicitude* e a *justiça*. Mas este resgate da intenção ética pode cair no vazio, se não pudermos colocá-la diante da realidade.

Como prova de que a idéia de resgatar a intenção ética não se esvazia somente em belas palavras, Ricoeur nos lembra que, além dela, além da incidência propriamente da ética, nas ações humanas, há a incidência da norma moral. A necessidade da norma moral é atestada pela ocorrência do avesso da solicitude ou da estima do outro. Ora, em todas as interações da realidade, sejam de enfrentamento ou de cooperação, entre dois agentes, dois seres que estimam em si mesmos a sua capacidade de *intencionalidade* e de *iniciativa*, há sempre a possibilidade de que um exerça poder sobre o outro. Essa assimetria revela malefícios na interação, resultantes do poder exercido por uma vontade sobre a outra. Os malefícios, que chamamos

genericamente de *violência*, vão desde "a influência até o assassinato e a tortura, passando pela violência física, pelo roubo e pelo estupro, pela constrição psíquica, pelo engodo, pela astúcia etc." (Ricoeur, 1995, p. 167). É em face destas múltiplas figuras do mal (malefícios) que a moral se articula como interditos: "Não matarás", "não mentirás" etc. Assim, "a moral, nesse sentido, é a figura que a solicitude (cuidado do outro) assume diante da violência e da ameaça da violência". É, ainda, aqui que podemos entender o que a norma moral acrescenta à intenção ética. A resposta de Ricoeur é muito breve e direta: "é por causa da violência [em todas as suas formas] que se deve passar da ética à moral".

No sentido que dá Ricoeur a este termo, é como norma moral que podemos tomar a *letra* dos códigos deontológicos como o dos psicólogos. Ele contém interditos e recomendações explícitas de um agir determinado. Nele encontramos proibições como: "Ao psicólogo é vedado... induzir a convicções políticas, filosóficas, morais e/ou religiosas quando no exercício de suas funções profissionais" (Código de Ética, Art. 2º, letra "e"). Ou, ainda, indicações de como agir: "O psicólogo em seu trabalho procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional, através de um constante desenvolvimento pessoal científico, técnico e ético" (Princípios Fundamentais, item III).

Por outro lado, além de uma preocupação moral ou normativa, é visível no código deontológico dos psicólogos sinais de uma intenção ética a ser resgatada nas situações profissionais. Esta intenção é aquilo que nas entrelinhas do código se manifesta como o pacto firmado pelos psicólogos com vistas a fazer do compromisso ético o fio condutor do exercício profissional. É a abertura para a intenção ética que possibilita a emergência das singularidades, do compromisso de cada um, e da criatividade que é requerida para lidar com a realidade.

O Código de Ética e a própria estrutura de comissões que dele devem tirar inspiração e nele encontram embasamento (inclusive para oficialmente se pronunciarem, chegando até mesmo a julgamentos que são feitos pelos plenários dos conselhos) são instrumentos criados pelos próprios profissionais para um trabalho permanente de indicação da existência desta *intenção ética* e de enfrentamento das situações para as quais a *normatividade* deve ser evocada como orientação.

Que tenhamos a necessidade de revisar constantemente nossas normas, interditos e recomendações explícitas, para que nelas sejam incluídas novas situações profissionais até então inéditas, não nos autoriza a ceder um milionésimo de milímetro sequer na intenção ética.

Desta forma, cada área do exercício profissional tem a possibilidade de ser um lugar de reflexão sobre a realidade que se apresenta ao psicólogo e sobre a maneira como essa realidade configura um lugar para o psicólogo. Lugar que não apreendemos jamais em sua totalidade, uma vez que, como ação humana, é constantemente recriado. Nos parece necessário lembrar aqui que o papel dado por nós mesmos ao nosso pacto é o ponto de inflexão entre a singularidade do *cada um* e a *generalidade* que a norma visa fazer incidir sobre a diversidade de nossos lugares específicos de atuação.

Júlio Flavio de Figueiredo Fernandes é psicólogo, psicanalista, mestre em Filosofia pela UFMG e coordenador técnico do CRP-04.

O CRP-04 convida todos os colegas a tornarem-se mais explicitamente os agentes dessa reflexão e dessa empreitada de mantermos visível a dimensão ética de nossas práticas, o que, em última instância, é a maneira de defender o exercício profissional em meio a um contexto social repleto de vicissitudes.

Envie sua contribuição, sugestão ou proposta ao CRP-04:
E-mail: HYPERLINK mailto:crp04@prover.com.br
Rua Timbiras, 1532, 6º andar - Cep 30140.061 - Belo Horizonte MG

Ética

LIVROS

- **Sobrevivendo à Perda de um Amor**, de M. Colgrove, H. Bloomfield e P. McWilliams / Editora Crescer, Belo Horizonte, 1999.
- **A Grafologia no recrutamento e seleção de pessoal**, de Paulo Sérgio de Camargo / Editora Agora, São Paulo, 1999.
- **Transtornos Emocionais na Escola** – Alternativas Teóricas e Práticas, de Pippa Alsop, Trisha Mc Caffrey (org. da edição inglesa) e Júlio Groppa Aquino (coord. da edição em português) / Summus Editorial, São Paulo, 1999.
- **Libere sua Competência** – transformando a angústia existencial em energia motivacional e produtividade, de Ana Rita de Macedo Moura e Maria do Carmo Nacif de Carvalho / Qualiymark Editora LTDA, Rio de Janeiro; Coleção Recursos Humanos, Associação Brasileira de Recursos Humanos, 1999.
- **Psicanálise e Universidade: temas conexos**, organizadores: Lúcio Roberto Marzagão, Jeferson Machado Pinto, Paulo de Carvalho Ribeiro, Riva-Satovschí Schwartzman. Editora A.S. Passos, Belo Horizonte, 1999.
- **Em dia com a Psicanálise**, Nilza Féres e Regina Teixeira da Costa. Editora A.S. Passos, Belo Horizonte, 1999.
- **Ciranda de Criança** é uma revista do Projeto Criança: Desenvolvimento, Educação e Cidadania, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Projeto Criança: HYPERLINK "http://members.xoom.com/pcdec" http://members.xoom.com/pcdec. E-mail: HYPERLINK "mailto:pcdec@uol.com.br" pcdec@uol.com.br
- **Banca de Revistas** - Jornais, revistas, notícias, rádios ao vivo, câmeras web, livros. HYPERLINK "http://www.bhnet.com.br/banca/" http://www.bhnet.com.br/banca/
- **O Mundo Social da Criança: natureza e cultura em ação**, organização, Alysson Massote Carvalho. Casa do Psicólogo, São Paulo, 1999.

CLASSIFICADOS

- Vendo móveis e objetos variados - seminovos e ótimos preços - de consultório de psicologia. Interessados entrar em contato com Rui, nos telefones: (31) 201-3855 ou 9991-2896.
- Subloco/divido consultório montado para atendimento psicanalítico, com divã, para atendimento de crianças e adolescentes. Sala ampla, para atendimento de casal, família ou grupo de até oito pessoas. Av. Amazonas, 115/1.008 - Centro. Tratar com Katya, pelos telefones: (31) 273-7494.
- Subloco horários (pela manhã), para uma só pessoa, em consultório de Psicologia, no Edifício 5ª Avenida, Savassi. Tratar com Tereza: (31) 281-0043.
- Divido sala em consultório de Psicologia com toda infra-estrutura: banheiros, recepção, bebedouro, cozinha. Divisão igualitária de horários (a combinar), valor: R\$ 176,00, com tudo incluído - IPTU, água, luz e aluguel. Av. Bandeirantes, 1.021/02 - Mangabeiras. Tratar com Jean, pelos telefones: (31) 282-2112 ou 9949-4546.
- Divido ou subloco horários em consultório de Psicologia localizado à rua Paulo Afonso, 146/501 - Santo Antônio. Tratar com Isabela, pelos telefones: (31) 297-9115 ou 9943-3635.
- Subloco ótima sala para atendimento de psicólogo, na Savassi. Horários: manhã, tarde e noite. Endereço: Rua Professor Moraes, 562/301. Tratar com Dulce, pelos telefones: (31) 293-2887 ou 9976-2287.
- Empresa de Assessoria em Recursos Humanos com estrutura formada busca parceria com profissionais com experiência em atendimento e comercial. Telefones: (31) 224-0426 ou (31) 378-4247. Tratar com Christiane.
- Curso: Recrutamento e Seleção - Wartegg. Informações com Christiane, pelo telefone: (31) 378-4247.
- Subloco horários em consultório de psicologia, apropriado para atendimento a crianças, adolescentes e adultos. Rua Sergipe, 625/307 - Funcionários. Tratar com Haroldo, pelos telefones: 9970-7343 ou (31) 491-3498.
- Subloco horários em consultório de Psicologia, no Centro. Tratar com Carla, pelo telefone: 9977-3622.
- Subloco/divido consultório montado no Santo Antônio. Rua Leopoldina, 330. Telefone: (31) 296-8072.

AAG

Presença

- **Curso: Relação com o outro**
Data: terças-feiras
Horário: 19:30h
Local: Rua Padre Marinho, 98 - Santa Efigênia
Informações: (31) 241-3731
- **Seminários sobre a clínica analítica-existencial (Daseinsanalyse)**
Data: quartas-feiras Horário: 19:30h
Local: Rua Padre Marinho, 98 - Santa Efigênia
Informações: (31) 241-3731

II Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais

- Data: 29, 30 de abril e 1º de maio de 2000
Local: Mabu Parque Hotel - Cidade Industrial de Curitiba
Informações: (41) 263-4895

ASBRA - Associação Brasileira de Adolescência / AMA - Associação Mineira de Adolescência

- Seminário Ibero-Americano de Adolescência**
Data: 10 a 13 de agosto de 2000
Local: Ouro Minas Palace Hotel
Informações: (31) 223-0301 ou (31) 281-0455

IV Encontro Temático de Psicólogos do Mercosul e Países Associados

- Data: 09 a 11 de Dezembro
Local: Porto Alegre/RS - Informações: (61) 328-1814

Coordenação Central de Pós-Graduação e Atividades Complementares - CEPAC

- Especialização em Psicossomática**
Data: março a julho de 2000
Informações: (21) 567-5410

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Educação para o Trânsito

- Data: o curso só será iniciado quando a turma completar 40 alunos
Inscrições a partir de 04/10
Local: Rua Pernambuco, 47 - Portaria B - Funcionários
Informações: (31) 274-2734 ou (31) 274-2254

Formação em Recursos Humanos para Psicólogos da Área de Transportes

- Data: aos sábados - Local: Rua Aimorés, 462/310 - Funcionários
Informações: (31) 226-3347

Curso de Capacitação para Psicólogo Perito Examinador

- Data: turma quinzenal ou semanal**
Local: UEMG - Centro de Extensão/INESP - Rua Rio Grande do Norte, 1.560/401 a 406 - Savassi - UEMG/INESP/Campus Universitário - Jardim Belvedere II /Divinópolis
Informações: (31) 287-3656 ou (37) 212-1799 - ramais: 223/238

Universidade Federal do Rio de Janeiro

- Neuropsicologia - curso de extensão intensivo em módulos de final de semana**
Data: primeiro semestre de 2000 - Informações: (21) 295-3796

Cursos: PMK, Wartegg, Zulliger e Pfister

- Individual ou coletivo**
Local: Av. Brasil, 248/1001 - Informações: (31) 241-3088

V Congresso al Encuentro de la Psicología Mexicana / I Congresso Latinoamericano de Alternativas en Psicología

- Data: 2, 3 e 4 de março de 2000
Local: Hotel Gran Plaza / Guanajuato - México
Informações: Asociación Mexicana de Alternativas en Psicología - (5) 341-8012

I Congresso de Psicologia do Centro-Oeste - PSICON 2000

- A Psicologia no ano 2000: novos paradigmas da formação e atuação profissional**
Data: 30 de maio a 02 de junho de 2000
Local: Campo Grande/MS
Informações: (67) 382-4801 - CRP-14ª Região (MT/MS)

Visita Técnica do Serviço de Psicologia Hospitalar da Santa Casa de Belo Horizonte

- Data: 31 de janeiro a 04 de fevereiro/2000 - Horário: de 8 às 17h
Pré-requisitos: graduação em Psicologia, curriculum vitae e carta de intenção. Informações: (31) 238-8122

Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da UFMG (reconhecido pelo MEC)

- Seleção para a terceira turma na primeira quinzena de março.
Informações: 499-5021

III Fórum Mineiro de Psicanálise

- Data: de 12 a 14 de agosto/2000
Local: SESC - Araxá/MG - Informações: (34) 661-4108

Cursos de pós-graduação PUC-MG

- **Saúde Mental: família e comunidade e 4 Psicopedagogia: ênfase em educação especial**
Data: 17 de março/2000
Local: IEC - Instituto de Educação Continuada - PUC MINAS
Informações: (31) 261-8282

Cursos de especialização Newton Paiva

- **Especialização em Saúde Mental e Trabalho**
- **Saúde Mental - Clínica**
- **Psicologia Jurídica**
- **Especialização em Avaliação Psicológica**
Data: previstos para primeira semana de abril/2000
Informações: (31) 295-6277 ou www.newtonpaiva.br

Libertas quae sera tamen Minas sedia o I Encontro sobre Violência e Políticas Públicas de Segurança

Notórias têm sido as notícias que nos chegam das TVs, dos jornais e rádios acerca da violência que assola o mundo contemporâneo. Violência do fisco, violência moral dos governos de diferentes tendências, violência para tentar acabar com a violência da globalização, violência nacional no Congresso, violência doméstica, violência no trânsito, nas ruas, vilas e favelas, enfim, violência da vida.

Chamada a responder às novas demandas que surgem desse quadro desolador, a Psicologia, imbuída de seu papel ético e social de reflexão epistêmica e de sustentação de uma *praxis*, reuniu, em outubro, mais de 750 profissionais e acadêmicos de Psicologia dos quatro cantos do país, na cidade mineira de Juiz de Fora, para tratar da controversa atividade do psicólogo no campo da Violência e das Políticas Públicas de Segurança em um I Encontro sobre o tema.

Relatos de experiências inéditas, análises densas e discussões calorosas rechearam temas como direitos humanos e Psicologia, a ética na avaliação psicológica, o acompanhamento psicológico em sistemas penais e policiais e de crianças e adolescentes em risco familiar, e políticas públicas e violência. A partir desse novo discurso, que nasce como resposta no campo da Psicologia ao lugar social em que a violência o coloca, o psicólogo passa a lidar com novas questões, tais como a associação preconceituosa entre a pobreza e a criminalidade, o incesto consentido, a muda violência familiar, o risco social e a criminalidade, a clínica da violência, a análise de sua inclusão nos quadros da polícia, entre outras.

Trabalhando com o compromisso social junto à categoria e à população, iniciou-se um processo de construção de respostas e alternativas a esse cenário. E, se esse primeiro encontro reuniu profissionais, angústias, experiências e idéias num rico campo de trocas, também evidenciou a urgência em se manter esse espaço de discussão/construção permanentemente aberto e atualizado. Até o próximo (e esperamos breve) II Encontro.





Olhas-me sou: investigação dos efeitos da imagem videográfica na constituição do eu em pacientes psiquiátricos a partir de uma experiência em vídeo comunitário

MUSSO GARCIA GRECO

Nosso tempo é o da ubiquidade da informação, da desmaterialização dos suportes e da convocação sobre a tela eletrônica de todas as coisas. Civilização da imagem, regida pelo visual, pela simulação e pela performance, inundada pelo dilúvio das imagens pré-fabricadas. Não há como ignorar o papel da mídia – principalmente o da televisão – na produção dessas imagens “para-reais”, que não cessam de nos modelar e de multiplicar suas funções estéticas, econômicas, ideológicas, sociais, criando necessidade de novas identificações subjetivas.

O eu, por sua vez – pela sua própria constituição narcísica – parece sempre pré-disposto a um funcionamento especular e auto-referente que a televisão lhe propõe. Se, como afirma Lacan, com sua teoria do *Estádio do espelho*, a imagem é o que vem para forjar o eu, este, entretanto, desconhece que é imagem e está sempre à espera de encontrar nas imagens das coisas visíveis sua própria imagem, sua unidade de indivíduo. É um *eu-que-vê*, portanto, buscando suplência imaginária da falta do sujeito. Mais que isso, é um *eu-que-prevê*, que espera aquilo que vai ver sem surpresas, e que está, em razão disso, à mercê do olhar.

Nosso trabalho de pesquisa acadêmica partiu desse ponto – da observação dos efeitos da mídia sobre a subjetividade, principalmente em sua proposta de um eu “sob medida” para o sistema produtivo contemporâneo, como se percebe nos procedimentos publicitários – para deduzir a importância do Outro – mais especificamente do *olhar do Outro* – na constituição do eu *espectatorial* e investigar os efeitos desse processo no contexto das TVs comunitárias.

Uma TV *comunitária* pode ser definida como uma intervenção comunicacional sobre determinado grupo social considerado excluído, pela mídia, dos mecanismos de produção de informações de seu interesse e/ou em busca de experimentar uma proposta de produção televisiva não-massiva, realizada dentro da singularidade do grupo envolvido na experimentação. Pauta-se por duas premissas básicas: uma proposta de *interatividade* e um favorecimento da *auto-imagem*.

A TV que serviu de objeto para nossa pesquisa foi a TV Pinel. Trata-se de uma TV comunitária produzida desde 1996 pelo Instituto Philippe Pinel, hospital público do Rio de Janeiro, com a participação de técnicos, funcionários e pacientes, com fins terapêuticos, de expressão artística e como instrumento de difusão das idéias em torno da Reforma Psiquiátrica. Seu *slogan*, que resume sua proposta, é: “TV Pinel: uma nova imagem da loucura”.

METODOLOGIA

Como método privilegiado para descortinar novos horizontes de conhecimento, a partir da exploração intensa de um único caso – a TV Pinel –, optamos pelo estudo de caso, e nosso principal instrumento de coleta de dados foi a entrevista. As entrevistas foram analisadas a partir da noção psicanalítica de *leitura*, tomada no sentido de *ler o significativo na sua literalidade*. Buscamos identificar, pela concentração na escuta do processo de enunciação, o significativo-mestre que comanda a cadeia discursiva, para evidenciar seu conteúdo latente.

Entendendo que a pesquisa científica, por si,

acarreta uma redução do mundo empírico, ao constituir seu objeto de estudo e formular, via registro do simbólico, uma rede de conceitos para exercer efeitos sobre o real, procuramos enriquecer nosso material de pesquisa, utilizando mais de uma técnica de coleta de dados, fazendo uma triangulação entre: 1) as **entrevistas**; 2) a **pesquisa de documentos**; e 3) a **pesquisa de fitas de vídeo**.

A interpretação do material pesquisado, com vistas a uma teorização sobre o objeto de estudo, valeuse do “método freudiano da inquietação”, no qual o trabalho do pesquisador é “movido pelas lacunas e o texto funciona como um analista, para que o pesquisador se defronte com suas próprias resistências em ouvir relatos. Ao ser incitado pelas lacunas do texto a fazer perguntas, ele constata que é nelas, nas perguntas, que está a verdade”.

CONCLUSÕES

A TV Pinel, atenta à correlação entre o *aparecimento no espaço público* e a determinação da identidade, ocupou seu lugar na mídia e produziu movimentos identificatórios importantes entre seus participantes. Sua ação, fortemente voltada para a construção imaginária de identidade para seus usuários mais imediatos – os pacientes da instituição psiquiátrica que abriga o projeto – e para a intervenção no lugar que estes ocupam no imaginário social, resultou na construção coletiva e interativa tanto de uma imagem pública mais potente, quanto de uma auto-imagem mais positiva.

Essa ação só é possível graças à posição de dupla militância do grupo que coordena o projeto – movimento de Vídeo Popular e movimento de Luta Antimanicomial – que pode ser vista como uma postura ativa de reivindicação de um olhar diferente do Outro, que promova uma aceitação social do dito *louco*. Para tanto, o ideal de mudança social elege a *exclusão social* como objeto de enfrentamento. Se a militância – qualquer militância – tem como razão de existir a necessidade de promover ações de reconhecimento da legitimidade de determinadas mudanças de posição da sociedade em relação a determinada questão ideológica, ou, como afirmamos em linguagem psicanalítica, tem como propósito uma *retificação do Outro social*, é importante situarmos esse Outro como *isto diante do qual nos fazemos reconhecer*. O Outro que serve de referência à TV Pinel é “A Sociedade”, considerada “excludente e injusta com os doentes mentais”. É para ela que se dirigem as “imagens positivas” da TV e do material de divulgação.

Essa construção discursiva aponta para uma concepção rígida do Outro. Os militantes parecem saber o que o Outro quer e respondem ao possível temor que a loucura desperta com a fabricação de uma imagem mais “amável” do louco. Sem desconhecer os dados históricos reais que sustentam essa instituição de um Outro intolerante na Psiquiatria, podemos afirmar que a TV Pinel – em consonância com a maioria dos projetos militantes – está aprisionada a uma concepção do Outro que lhe reserva o lugar de um objeto que o completa, como na situação fantasmática. O que está por trás de cada quadro da TV Pinel é a representação recalçada do louco em sua negatividade social. Por isso, tal qual no sintoma, o recalçado retorna, e os programas, repetitivamente,

afirmam o exato contrário: “Vou mostrar *que não sou* o que acham que sou” (e não: “Vou mostrar *como sou*”).

Com a TV Pinel, temos uma recontextualização do louco como objeto de um olhar – diferente da exibição pública da loucura no século XVIII, configurada em espetáculos nos quais os loucos eram *monstros*, e da perscrutação de fenômenos do olhar médico, após o advento do asilo, no século seguinte – partindo da idéia de que há um engano da sociedade em relação ao dito *louco* que precisa ser *mostrado*, para que seja desfeito: trata-se agora de mostrá-lo *como um igual*, que possa encontrar no olhar do espectador um assentimento, uma identificação.

Reconhecemos na TV Pinel uma ação fortemente voltada para a construção imaginária de identidade para seus usuários mais imediatos – como na TV *broadcast*, apesar de terem objetivos opostos – e para a intervenção no lugar que estes ocupam no imaginário social. Isso decorre da posição militante dos coordenadores do projeto, que, sem ser clínica, produz efeitos terapêuticos evidentes. Diríamos, inclusive, que há fortes indícios de que o ideal, em uma versão simbólica e enlaçadora – que sustente a estabilidade das identificações imaginárias, inclusive a permanência da ilusão do eu –, não esteja impresso do lado dos pacientes, mas que esteja sendo sustentado pela equipe técnica do projeto.

Assim como a maquinaria televisiva funciona como prótese que permite a circulação no registro simbólico com mais recursos de interação, com um intervalo fundamental entre a emissão e a recepção das falas e imagens dos pacientes psicóticos, o ideal de mudança francamente assumido e as palavras de ordem da Luta Antimanicomial, ditas com mestria, podem fazer as vezes de um “*Ideal de eu emprestado*”, que nodula a **psicose**. A televisão não escapa do domínio do significativo e não dispensa um discurso que possa manter enfocada a imagem, estando assim em condições de envolver o real de forma protetora para indivíduos para quem ter um corpo ou um eu é um privilégio difícil de alcançar.

Não há como abrir mão do ideal numa TV que pretende “mudar a imagem da loucura”. Um ideal, para estar à altura de sua pretensão, deve unir a massa em torno de uma de uma totalidade consonante, de uma quimera. É aí que se constitui ou se reconstitui o eu. Entretanto, um alerta é importante: o acompanhamento clínico e a projeção desse ideal para o futuro do sujeito podem ser as condições para que esse eu não se pulverize, como as imagens que se dissolvem na chuva de linhas de varredura da TV.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Dissertação apresentada ao Mestrado em Psicologia da UFMG em junho de 1999.
- (2) PINTO, J.M. *Por que os ratos não falam?* IN: Cadernos de Psicologia, v.8, nº 1, Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.37.
- (3) *Ibidem*, p.39.
- (4) Temos reservas quanto às consequências do incremento das fantasias dos indivíduos **neuróticos**, quando expostos ao potencial de amor que a câmara promete e quase nunca cumpre.

Musso Garcia Greco é psiquiatra e psicanalista, especialista em Saúde Mental, mestre em Psicologia pela UFMG, coordenador de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde /BH, diretor clínico da Casa Freud.



Planejamento estratégico

Uma proposta marcada pela própria nomeação: um conselho para cuidar da profissão na 4ª Região. Desde que foi empossado, há pouco mais de um ano, o IX Plenário tem tido a preocupação básica de inserir a Psicologia no contexto sócio-político-cultural, apostando em um projeto nacional. Esta gestão vem tecendo sua estratégia de trabalho com uma argumentação lógica e embasada na necessidade de aproximar esta entidade da categoria, fazendo dela um espaço de articulação de idéias, fazeres e luta.

Quanto à otimização da comunicação junto à categoria e à sociedade, o Plenário tem buscado estabelecer um contato rápido, ágil, atual e eficaz. Foi implantado um novo sistema de telefonia, criado o *Boletim da Seção do Espírito Santo*, conquistamos maior presença na grande mídia - o que pôde ser observado na Semana da Psicologia -, além do site - um canal direto de comunicação entre o CRP, a sociedade e a categoria - que em breve será inaugurado, contemplando tanto a comunicação institucional quanto a veiculação de idéias, interligado à rede nacional e internacional de Psicologia.

Durante esta gestão, o Conselho tem trazido os psicólogos para discutir suas dificuldades e sua inserção na sociedade brasileira, pensando nos problemas enquanto categoria, no contexto da sociedade como um todo e rompendo com o ranço corporativo. A função deste Plenário é qualificar o exercício profissional, procurando meios para contribuir na solução de problemas sociais. O Conselho entende que estabelecer relações de parceria com instituições de ensino superior, conselhos de outras profissões, prefeituras municipais e organizações não-governamentais irá qualificar a participação do psicólogo no social. Essa preocupação foi demonstrada na Semana da Psicologia, cujo tema foi *Psicologia e Compromisso Social*, quando foi realizada uma homenagem pública, com outdoors, teleconferência, mesas-redondas, debates e palestras.

Os psicólogos têm que ocupar suas entidades representativas, aproveitando para que a sua produção efetivamente favoreça a construção de um projeto social digno e justo. Além da programação das *Quartas no Conselho* - eventos culturais e científicos que acontecem toda semana - e do *Conselho Por Ai* - eventos itinerantes -, foram realizados fóruns, encontros, palestras e cursos, promovidos pelas câmaras do CRP-04.

A Câmara de Saúde participou de discussões junto a representantes da comunidade, na Câmara Municipal de Saúde, a fim de conhecer mais profundamente o Projeto BH Saúde. A partir dessas discussões, foram promovidas duas mesas-redondas, na sede do CRP-04, dentro da programação das *Quartas no Conselho*: Projeto BH Saúde e Psicologia e Aids.

A Câmara de Avaliação Psicológica realizou um curso de validação de testes e o curso sobre o *Teste das Fábulas*, ministrado pela professora Blanca Guevara Werlang, em novembro.

Foi criada a Comissão de Direitos Humanos, buscando sistematizar o trabalho e a produção dos psicólogos ligados à área de direitos humanos. Em outubro, ocorreu o *I Encontro de Psicologia sobre Violência e Políticas Públicas de Segurança*, em Juiz de Fora. Objetivando dar continuidade a esse encontro e aumentar a visibilidade do trabalho nesse campo, a comissão pretende realizar outros eventos e planeja a criação de uma publicação periódica referente ao tema. Há, também, uma campanha das comissões de direitos humanos dos conselhos de Psicologia em relação aos manicômios judiciais: *Manicômio Judiciário - o pior do hospício, da prisão, da violência da exclusão*. As comissões de direitos humanos unem-se para mudar essa situação. Medida de segurança não pode ser prisão perpétua! Pela imediata revisão dos processos de todos os internos dos manicômios judiciais!

A ausência da revisão das medidas de segurança, que é um direito dos internos, coloca-se como uma exigência fundamental.

A Comissão da Psicologia do Trânsito realizou, em setembro, o *I Fórum Regional da Psicologia do Trânsito*, em Belo Horizonte.

Quanto à profissionalização da gestão da entidade, foi implementado um mecanismo de resposta automática às comunicações recebidas. Através de um treinamento dado ao *staff*, foram estabelecidas atribuições e responsabilidades para a estrutura operacional, otimizando a distribuição das atividades entre os funcionários.

O CRP-04 se mantém integrado aos movimentos sociais, com representações nas entidades de interesse - Câmara Municipal de Saúde e Câmara Municipal de Educação -, apresentando relatórios periódicos ao Plenário e estimulando os psicólogos a participar nas áreas de saúde.

A fim de trazer os psicólogos para dentro do CRP e atendendo a uma demanda da categoria, foi realizada uma campanha contra a inadimplência, que obteve um resultado surpreendente e reduziu o valor da anuidade de 1999, que será mantida no ano 2000.

Com o mesmo objetivo de aproximar o Conselho da categoria, a equipe técnica tem feito visitas periódicas ao interior, com reuniões em cidades pólo e micro-pólo.

O Escritório Setorial do Espírito Santo foi promovido a Seção, cumprindo com a proposta da gestão de uma política de descentralização.

O CRP-04 busca, cada vez mais, uma articulação com as agências formadoras, seja participando de discussões, seja apoiando congressos como o realizado na Fafich, sobre *Psicanálise e Universidade*. A Câmara de Formação apoiou e participou

das discussões para criação da Associação Brasileira de Estudos em Psicologia (ABEP), cujo presidente é o conselheiro Alysson Massote. Aproveitamos este momento para convidar os psicólogos a se associar à ABEP. A Câmara participou, ainda, da discussão nacional sobre as novas diretrizes curriculares do curso de Psicologia e, atualmente, discute a questão do registro de especialistas em Psicologia nos conselhos e o registro de psicólogo supervisor de estágio.

O trabalho da Câmara de Ética resultou no primeiro julgamento da gestão, ocorrido no dia 26 de outubro: utilização inadequada de laudos psicológicos.

O CRP-04, junto à Câmara de Educação, assumiu uma posição contrária diante do projeto de lei do deputado estadual Agostinho Silveira, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento do Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede estadual de ensino". Houve uma mobilização do Conselho e uma carta de esclarecimento foi enviada aos coordenadores dos cursos de pós-graduação, marcando a posição do Conselho de que a psicopedagogia é uma especialização e não uma profissão.

Nesta gestão, o Conselho tem o papel de articulador, de trazer para dentro de si discussões sobre a Psicologia de forma não corporativa, e contribuir para o crescimento do psicólogo e da profissão. Não há como pensar um conselho que cuida da profissão sem estar articulado com todas as entidades que cuidam da Psicologia. Para tais parcerias, o CRP-04 oferece seus instrumentos de articulação. Diante de uma realidade onde evidenciam-se fenômenos de segregação social e violência, a Psicologia tem sido chamada a participar com seus conhecimentos, tendo uma contribuição efetiva a dar à sociedade, visando proporcionar melhores condições de vida.

Enfim, o que se espera é que o Conselho seja, de fato, uma referência para o psicólogo e para a sociedade.

ANUIDADE DE 2000 NÃO TERÁ AUMENTO

A anuidade de 2000 permanecerá no valor de R\$114,00 (pessoa física), até o dia 31 de janeiro de 2000, ou no valor de R\$127,00 para pagamento parcelado - janeiro/fevereiro e março - ou integral, até 31 de março de 2000.

Para pessoa jurídica, os valores serão: R\$ 127,00 à vista ou R\$140,00 para pagamento parcelado ou integral, até 31 de março de 2000.

Esses valores, serão acrescidos R\$2,00 referentes à manutenção de Fundo de Seções Estaduais, conforme definido em reunião da APAF - Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras -, realizada em 8 de outubro de 1999.

Esse fundo foi decidido para contribuir na manutenção de bases estaduais, principalmente da região norte. Entretanto, a 4ª Região (MG/ES) foi beneficiada em função da criação da Seção do Espírito Santo.

Desafios para um novo tempo

“Quando, pois, alguém se dispõe a voltar-se para si mesmo e a analisar-se criticamente, está a demonstrar, independentemente do grau de correção dessa análise, um apreciável grau de amadurecimento.” Essas foram as palavras do filósofo e professor Isaias Pessotti, quando convidado a escrever o capítulo 1 – *Notas para uma História da Psicologia Brasileira* – do livro *Quem é o Psicólogo Brasileiro?* (Conselho Federal de Psicologia. São Paulo: EDICON, 1988). É à análise que o JP dedica esta seção, de sua última edição do ano, tentando retratar o atual estágio da Psicologia e o curso de sua evolução.

A Semana da Psicologia e o Compromisso Social

Os psicólogos formam hoje uma categoria numerosa e crescente de trabalhadores atuando e aprendendo no contato direto com a realidade sócio-econômica nacional. É preciso que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, escolha trabalhar pela mudança deste quadro social: um cotidiano de desemprego, de favelização e de miserabilidade econômica e cultural. 15,8% da população brasileira – isso quer dizer 26 milhões de brasileiros – não têm acesso às condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos. Diante destes dados, a Psicologia se volta decididamente para a maioria da população brasileira. Vários psicólogos vêm fazendo do exercício da profissão, da produção da ciência psicológica e da organização da categoria um espaço para o desenvolvimento de um compromisso de transformação das condições de vida do brasileiro.

O Compromisso Social da Psicologia – tema do ano de 1999 do Conselho Federal de Psicologia e dos conselhos regionais – é uma exigência. Mais ainda, uma urgência. Por isso, essa foi a tônica das comemorações do Dia do Psicólogo, que serviu para impulsionar os debates sobre o compromisso social da Psicologia, especialmente no que diz respeito à preparação dos psicólogos para esse compromisso na virada do milênio.

Nessa perspectiva, a programação da festa de comemoração do dia 27 de agosto, em Minas e Espírito Santo, proporcionou encontros e trocas de experiências, incluindo mesas-redondas, conferências e apresentação de trabalhos de psicólogos que desenvolvem práticas profissionais em áreas voltadas para atendimento de grupos sociais marginalizados ou excluídos da sociedade. Em várias cidades, foram realizados eventos abertos à comunidade, com a participação de profissionais de áreas diferentes, quando foram abordados temas atuais e instigantes, com o objetivo de criar um espaço para a reflexão, com a marca da Psico-

logia enquanto profissão comprometida com o social.

A programação da Semana da Psicologia buscou expandir as possibilidades, tendo clara a responsabilidade para com a sociedade e para com a qualidade de vida do cidadão. O resultado foi uma demonstração de que hoje as pessoas enxergam na Psicologia outros ângulos e aplicações, já que os problemas postos por ela sempre se fizeram presentes no imaginário do cidadão. Várias parcerias e intercâmbios com outros profissionais foram realizados, e essa experiência foi fundamental para reafirmar que essa troca é essencial para o crescimento e o “cuidar” da profissão.

O evento foi um momento importante, tanto do ponto de vista teórico quanto de articulação política, comprovada pela crescente participação e interesse dos profissionais; reafirmou a necessidade de uma formação profissional cada vez mais comprometida com o social e com a participação política do psicólogo na vida pública de sua cidade, além de ter atuado como uma estufa que propiciou o surgimento de outros temas a ser discutidos em eventos futuros.

É fácil vislumbrar a riqueza da profissão e a sua consolidação se revela por toda parte, sob vários modos: a psicologia clínica, jurídica, social, do esporte, do trabalho, da educação, do trânsito. Essas são as áreas onde atua a maior parte dos psicólogos. Elas evoluíram e continuam em crescimento, na medida em que a base teórica construída ao longo dos mais de cem anos das descobertas psicológicas é colocada à prova e renovada pela aplicação prática, pelo estudo e pela responsabilidade ética dos profissionais.

Os desafios e as perspectivas da Psicologia no próximo milênio

Se o atual século foi marcado pela ciência e pelo avanço tecnológico, talvez o próximo seja marcado pelo desejo de autoconhecimento e autodesenvolvimento. Ora, a garantia da presença da Psicologia está na relação inter-humana que independe de qualquer tecnologia. Se é verdade que a informação pode ser trocada em segundos, resta saber os aspectos afetivos que envolvem a relação eu/outro; se é verdade que os diagnósticos médicos serão cada vez mais rápidos, resta saber como lidar com a dor; se é verdade que a mídia será cada vez mais ágil, resta saber como lidar com o possível pânico gerado por essas informações; se é verdade que a genética pode produzir novos seres humanos, resta saber como lidar com essas

novas interações.

Essas tentativas de respostas podem dar visibilidade à Psicologia do próximo século. As ciências procuraram transformar as questões humanas em variáveis sujeitas ao domínio técnico. A falência desse sonho pode ser o prenúncio de uma atitude mais voltada para a existência humana. O psicólogo Wilson Soares Leite aposta no crescimento da demanda da Psicologia, já que ela é uma ciência comprometida com o que há de mais humano. “As pessoas têm reconhecido, cada vez mais, a necessidade das áreas psi”, avalia Leite. Segundo o psicólogo e conselheiro do CRP - 4ª Região (MG/ES), Francisco José Machado Viana, falar de Psicologia para o próximo milênio é um desafio muito grande.

Passamos por uma transformação histórica do processo produtivo mundial, a globalização da economia, a intensificação da competição, o processo crescente de automação e extinção de postos de trabalho. O capitalismo apresenta para o mundo de hoje uma crise com fortes contornos sociais, em que são cada vez menores as oportunidades de emprego.

A lógica capitalista dirige a conversão da força de trabalho em maximização da acumulação do capital. “A terceira Revolução Industrial, a Globalização, a informatização crescente, a automação são aspectos do processo de exclusão do ser humano. Temos hoje menos lazer, mais trabalho e menos trabalhadores. O psicólogo, diante desta realidade de exclusão, terceirização, tem que ser criativo, buscar novas relações de trabalho, cooperativas, formação acadêmica de qualidade, domínio de mais de um idioma, capacidade para lidar com os instrumentos do mundo globalizado. Trabalhar na capacitação e na requalificação dos trabalhadores. Estes são desafios para o próximo milênio”, enumera Viana.

Ele explica que esta crise representa sintomas conhecidos do psicólogo, tais como angústia, ansiedade, conflitos familiares, crise social, criminalidade, toxicomania, alcoolismo, suicídio. São as repercussões pessoais de uma crise sócio-econômica que atinge toda uma nação.

Entretanto, Viana alerta que a realidade de hoje não está dada como única alternativa. É necessário construir uma outra alternativa de modelo social em que o homem esteja em primeiro lugar. Com certeza não será o controle do Estado, do projeto socialista, mas também não será o controle do capital.

“Este talvez seja o maior desafio que se coloca para o profissional do próximo milênio: encontrar uma saída para esta crise. Não é possível que ainda no próximo milênio tenhamos diferenças tão absurdas entre os povos. É necessário que a população se organize, participe das diversas organizações sociais que discutem as políticas sociais, tais como conselhos estaduais e municipais de saúde, de assistência social, de educação, as comissões de discussões do orçamento municipal, os conselhos tutelares, enfim, garantindo uma voz ativa no cuidado com o bem público. A população e os psicólogos devem estar integrados, buscando encontrar as saídas para que a vida no próximo milênio seja mais feliz”, finaliza Viana.





Relato de uma experiência: a reforma curricular

Fazer o relato de uma experiência vivida de participação ativa em uma comissão de reforma de currículo tem duplo sentido. De um lado, é a forma encontrada pela equipe de fazer um retrospecto do caminho percorrido. Ao fazer o relato deste percurso, a equipe tem a oportunidade de apreender as esperanças que mobilizaram o grupo, os avanços e retrocessos, os limites e as possibilidades, as perdas e ganhos. O exercício de luta da memória contra o esquecimento é, por si só, extremamente emancipador. De outro, é a forma de socializar o aprendizado decorrente do processo de construção da proposta de currículo. Este processo propõe um currículo que tenha como horizonte ser, na prática, uma proposta de construção cultural que envolva docentes, discentes do curso e gestores da instituição.

Toda reforma de currículo é um processo conflituoso. É ilusório esperar consenso, pois o embate de interesses diversos e de ideologias diferentes é algo a ser esperado quando a reforma do currículo ocorre em uma instituição democrática. Que a proposta não agrade a todos e não contemple todos os interesses em jogo também não é surpresa. Assim, a proposta de currículo é um produto tenso, resultante das prescrições legais, das pressões sociais, econômicas e culturais, do sonhado como ideal, do já arraigado no cotidiano escolar, da força da tradição, das forças emergentes. A nova proposta de currículo do Curso de Psicologia da FCH/FUMEC não foge a estas determinações.

Breve contextualização da experiência

Histórico

A Psicologia no Brasil vem passando por mudanças importantes em direção a uma nova concepção de Psicologia como ciência e como profissão. Desde o início da década de 80, a partir do movimento em busca da democratização das instituições da sociedade brasileira, o Conselho Federal de Psicologia e seus regionais, e, também, as escolas que ministram os cursos de Psicologia vêm buscando novas conceituações, posicionamentos, inserções e questionamentos no sentido de se definir um novo papel para o psicólogo na sociedade. Vêm, também, suscitando e sustentando formulações teóricas para o avanço da Psicologia como ciência.

A Psicologia está em transformação e este processo gera “possíveis olhares e novos fazeres”. O campo de atuação do psicólogo está em expansão, porém isto não significa um aumento de empregos. A transformação do campo de atuação do psicólogo ocorre em um mundo do trabalho também em transformação. Tais mudanças implicam que o profissional dos dias atuais necessita fazer uma nova leitura da realidade, que é diferente dos idos anos sessenta, quando a profissão foi regulamentada. Formar o profissional naqueles moldes é desperdício de tempo e de recursos materiais e humanos. As transformações no mundo do trabalho exigem formação continuada que possibilite ao formando acompanhar os avanços científicos e sociais.

As pressões de diversas ordens levaram o MEC, por intermédio da Comissão de Especialistas, a produzir as novas Diretrizes Curriculares para a Formação em Psicologia. No documento há uma intenção clara de que esta formação deva contemplar a formação científica e profissional. O confronto entre o currículo mínimo dos anos sessenta, mais precisamente de 1962, e as atuais diretrizes curriculares evidencia a diferença no sentido da incorporação das transformações culturais, profissionais e na produção teórica sobre o

psiquismo. Entre as tendências marcantes nas novas diretrizes, destacam-se as exigências de uma sólida formação básica generalista e de integração entre teoria e prática. Os contornos da formação não podem mais se restringir aos capítulos dos manuais norte-americanos, ou das postulações vindas “prontinhas” da ilha britânica ou das margens parisienses, ou de algum “inovador” que prometia ter a solução que faltava e ganhava seu espaço no mercado desqualificando os anteriores. Hoje, exige-se que a formação do psicólogo se caracterize por cultura superior sólida, embasamento teórico consistente, profundo conhecimento da realidade brasileira e mundial, bem como pelo desenvolvimento de atitudes e habilidades de pesquisa científica e de capacidades para integrar equipes multiprofissionais, com competência e ética na abordagem dos fenômenos psicológicos em toda a sua complexidade.

Reflexões sobre o modelo de currículo adotado

A proposição de um currículo vai muito além do que a organização de um conjunto de disciplinas em uma cronologia específica nos leva a supor. Com efeito, a face aparente da estrutura curricular de um curso mais oculta do que deixa transparecer a intrincada malha conceitual-ideológica que a compõe. Em última instância, o currículo é o resultado de um longo e conflituoso processo de escolhas: por que essa disciplina e não outra? Mas, por que nesse período? Não deveria existir uma disciplina introdutória? Estas interrogações demonstram o quanto é colocado em jogo quando aventura-se pelo caminho da reforma curricular.

Encontraremos nele, portanto, várias facetas, sendo a principal delas a concepção pessoal do professor sobre o quê e como ensinar, uma das condições determinantes da prática pedagógica. Por este motivo, devemos considerar que a reforma de um currículo é o palco onde se desnudam as crenças, as expectativas e as frustrações dos docentes e discentes.

Neste delicado processo de desvelamento de desejos e contradições, apenas o ideal da construção de um novo instrumento, que venha a emergir como representante de novas expectativas de ensino, será capaz de dar sustentação à fragilidade da estrutura anterior, exposta pela crítica das práticas pedagógicas/curriculares. Podemos dizer que uma reforma curricular é algo que, *a priori*, preferiríamos não fazer, e, quando optamos por realizá-la, muitas vezes impulsionados por motivos externos, devemos compartilhar do ideal por isso mesmo inatingível, formado pela união de nossas aspirações, docentes e discentes, do ensi-



ular do curso de Psicologia da FCH/FUMEC

nar e do apreender.

Podemos disto concluir que uma reforma de currículo não é produzida no terreno das homogeneidades, da ausência de diferença, e sim no terreno irregular das contradições e das combinações possíveis, isto é, do que, em dado instante, caracterize-se como hegemônico.

Um currículo que esteja em permanente construção é a única possibilidade de contemplar as considerações acima. O conhecimento não admite para si as simplificações de seus objetos, tampouco pode adequar-se aos modelos ortopédicos que insistem em engessar os conteúdos do saber, na seriação de disciplinas.

Um currículo para um curso de Psicologia implica na formação de habilidades e competências diante das novas formas de subjetivação. Em última instância, o verdadeiro campo de trabalho do psicólogo. Afinal, o ensino dos saberes psicológicos não comporta mais os modelos curriculares prontos e acabados que fazem da *a-historicidade* o modo simplista de resolver as contradições do pensamento e da prática social das 'psicologias'.

Buscando formas possíveis de enfrentamento para essa problemática, elegemos os seguintes eixos curriculares: sociedade, cultura e subjetividade; ciência e profissão; transformações no mundo do trabalho, economia e política. Esperamos que, ao gravitar ao redor destes eixos, possamos efetuar a crítica do conhecimento, da formação e da prática psicológica, a fim de que possam surgir novas formas de conceber antigos problemas e, assim, serem abertas novas possibilidades de exercício profissional.

A organização de um curso de Psicologia levando em consideração estes princípios e eixos representou uma árdua tarefa. A cada instante, o impulso de inovar teve de ser confrontado, ora com o modo de organização do trabalho da faculdade, ora com as características que formam nossa cultura institucional. O resultado a que chegamos representa o curso de Psicologia possível diante destas condições. Mas o resultado não significa retrocesso ou acomodação às circunstâncias, e sim a concretização de um curso de Psicologia onde todos seus participantes estejam permanentemente cômicos de sua função social e da necessidade de contribuir para o contínuo desenvolvimento do pensamento psicológico.

Metodologia de elaboração da proposta do currículo

O trabalho de elaboração da proposta do novo currículo foi iniciado com a formação de uma comissão composta de professores representantes de cada um dos departamentos do curso de

Psicologia, o Coordenador de Curso, representantes de alunos e, ainda, de uma consultora para assessorar em aspectos teóricos, técnicos e políticos de elaboração de um currículo.

Ao longo de todo o processo de elaboração da proposta, a comissão esteve aberta à participação da comunidade acadêmica, seja através da participação direta nas reuniões de trabalho, seja através do encaminhamento de sugestões e contribuições por escrito. Foram criados momentos específicos de consulta e debate com os membros da instituição, acreditando-se em um processo de desenvolvimento e mudanças baseado na transparência.

Em diferentes etapas do processo, a comissão promoveu reuniões gerais com professores e alunos para informar dos resultados das pesquisas, colocar em debate diferentes concepções de currículo, e apresentar projeto contendo os eixos, princípios e quadro de disciplinas. Os ex-alunos do curso foram também convidados a dar sua contribuição, participando de uma reunião em que puderam narrar sua trajetória profissional e sugerir mudanças na formação do psicólogo.

Proposta curricular elaborada pela comissão

Uma proposta de currículo que represente algum nível de inovação pressupõe mudanças na metodologia de ensino e na organização do trabalho escolar. O que se pretende é o desenvolvimento de uma metodologia de projetos de trabalho, em que alunos e professores se envolvam na construção do conhecimento, aumentando a reflexão, a capacidade crítica e a iniciativa.

A proposta introduz maior integração das disciplinas básicas e profissionalizantes. Sua originalidade está na criação de Propaes (Projetos, Práticas e Ações Educativas), que visam incentivar a elaboração de projetos, a atitude investigativa de novas práticas educativas na formação do aluno, e na integração das disciplinas/Propaes/estágio, vinculando teoria-prática.

Implantação do currículo

Sendo um currículo cheio de possibilidades, os limites passam por sua implantação e implementação. O currículo proposto esbarra naqueles que vão desenvolvê-lo, pois depende do desenho e empenho na mudança, por parte de toda instituição. Esta proposta requer a formação

continuada dos professores e uma mudança na organização do trabalho escolar.

Em relação à implantação, vale traçar algumas diretrizes:

a) A implantação deverá se constituir em um processo coletivo a ser vivido por docentes, alunos, administração, órgãos colegiados.

b) Formação continuada dos docentes ao longo do processo de implantação do currículo.

c) Articulações junto aos órgãos competentes para a restauração da organização do trabalho escolar de modo a viabilizar a implantação do currículo.

d) Revitalização dos conteúdos programáticos pelo incentivo ao estudo de relatórios de pesquisa e, se possível, à produção de pesquisa por parte dos docentes e alunos.

e) Criação da comissão de acompanhamento e implantação e avaliação do novo currículo.

f) Avaliação da implantação do currículo periodicamente, para introduzir as mudanças que se fizerem necessárias, envolvendo alunos, professores, órgãos colegiados e administração.

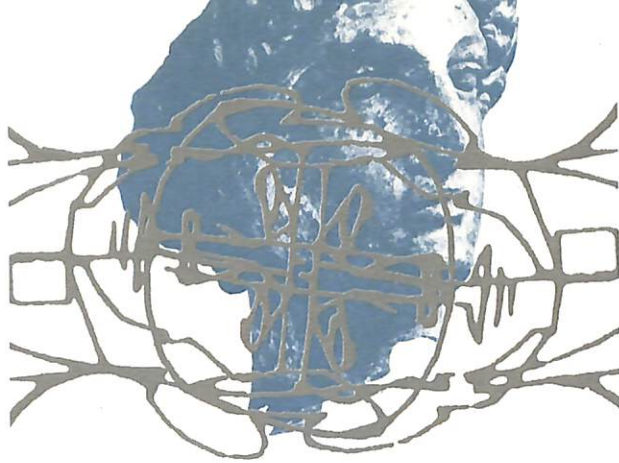
g) Avaliação do currículo após a conclusão do curso pela primeira turma.

h) Avaliação do curso pelo egresso da primeira turma, após um período de seis meses a um ano de concluído o curso.

BIBLIOGRAFIA

- DOLL JR., William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 75.
- SILVA, Maria Aparecida da. **Eixos do Currículo**. Belo Horizonte: ACOPE, 1999. Mimeo.
- SILVA, Maria Aparecida da. **Currículo e Projeto Pedagógico**. Dois Pontos nov. dez. 1997, p. 52.
- SILVA, Maria Aparecida da. **Administração dos Conflitos Sociais: as reformas administrativas e educacionais como resposta às questões emergentes da prática social (O caso de Minas Gerais)**. Tese de Doutorado. UNICAMP / Faculdade de Educação, 1994, p. 210-1.
- BORGES, Mariza M.; BASTOS, A. V. & KHOURI, Yvone A. G. **A Formação em Psicologia: contribuição para reestruturação curricular e avaliação dos cursos**. Brasília: SESU, 1996.
- COELHO Jr., Néson. **A identidade (em crise) do Psicólogo**. Cadernos de Subjetividade I, PUC-SP.
- FIGUEIREDO, Luiz Cláudio. **A multiplicidade da Psicologia**. Mimeo, s/r.
- GONÇALVES, Maria G. M. & BOCK, Ana M. B. **Desenhando a Psicologia: uma reflexão sobre a formação do psicólogo**. In: **Psicologia Revista - Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP**, nº 2, maio - 1996.

Prof^a Carmem Cristina Schffer
Prof^a Cristina Saraiva Amaral
Prof^o Custódio Cruz de Oliveira Silva
Prof^o Gerson Alves Vieira
Prof^o João Batista de Mendonça Filho
Prof^a Dr.^a Maria Aparecida Silva
Prof^a Tânia da Glória Nogueira



Os atuais cursos de Psicologia estão capacitando os profissionais para atuar com eficácia na área da Psicologia do Trânsito?

MARIA DE LOURDES MASSARA

O trânsito tem uma importância estratégica em Minas Gerais. Por sua localização geográfica, nosso Estado serve de corredor para a ligação e a integração das regiões norte, nordeste e centro-oeste com o sul e sudeste do país. Temos a maior rede rodoviária nacional, com aproximadamente 30.000 km de rodovias, segundo o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER/MG). Porém, este fato, motivo de orgulho para nós mineiros, apresenta uma face preocupante. Dados de 1997 do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) demonstram que aconteceram 327.640 acidentes de trânsito no Brasil, sendo 50.826 em Minas Gerais. Em decorrência, 24.107 brasileiros perderam suas vidas nesses acidentes – 1.400 somente em Minas Gerais. Podemos verificar que 15,5% dos acidentes ocorreram em nosso Estado, e que, do total de mortes no trânsito, representamos quase 6%. São dados espantosos, principalmente por se tratar de uma guerra silenciosa, que não tem mobilizado de forma contundente, até o presente momento, os diversos setores da sociedade.

Para nosso alívio e alento, o Código de Trânsito Brasileiro, em vigor desde 23 de janeiro de 1998, trouxe medidas que visam a redução destas estatísticas tão lamentáveis.

Destaco aqui as que se referem às exigências de capacitação para os médicos e psicólogos que atuam na área de trânsito. Conforme a Resolução 080/98 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), ficam estabelecidas a exigência de Curso de Capacitação para Médico Perito Examinador (Responsável pelo Exame de Aptidão Física e Mental para Condutores de Veículos Automotores) e Curso de Capacitação para Psicólogo Perito Avaliador (Responsável pela Avaliação Psicológica de Condutores de Veículos Automotores e Candidatos à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e à mudança de categoria da CNH).

Na esfera da Psicologia, essas exigências geraram conseqüências imediatas, mobilizando a categoria profissional: era grande o contingente de profissionais que já atuavam na área de trânsito e que deveriam realizar o Curso de Capacitação até janeiro do ano 2000.

Assim, através de esforços inter-institucionais (CRP, universidades, donos e empregados de clínicas, representantes de órgãos públicos, entre outros), foi realizada uma série de debates, visando propostas para a concretização do referido curso, segundo as diretrizes fixadas na Resolução 080/98.

Esse momento serviu para uma reflexão sobre a prática profissional que vinha sendo realizada. Colocou em evidência, por um lado, o pioneirismo e a postura de seriedade dos profissionais mineiros e, por outro, a pouca valorização do trabalho do Psicólogo do Trânsito, inclusive pela própria categoria profissional. Esse

trabalho vinha se limitando, já por muitas décadas, à execução quase exclusiva do exame psicotécnico de candidatos à CNH. Comprovou-se que este ainda é um campo pouco explorado pela Psicologia, ressalvadas as iniciativas de valorosos colegas, que defendem e lutam para que a classe atinja um desempenho de qualidade no setor.

Ficou claro que o Curso de Capacitação deveria ser concebido dentro de uma visão inovadora, para funcionar como um alavancador de mudanças, conforme o espírito da nova lei. Ampliando o nível de conhecimento e de informação sobre o sistema de trânsito e sobre os comportamentos dos seus usuários, o psicólogo terá oportunidade de repensar a sua prática profissional e abrir novos espaços de atuação.

Porém, não basta adquirir novas informações e conhecimentos, como já vem sendo feito no processo educacional tradicional, com uma dedicação quase total aos aspectos racionais, lógicos, de memorização e avaliação do conhecimento. Sabemos que metade ou mais do que aprendemos hoje certamente estará obsoleto em poucos anos, dado o volume de produção científica e o desenvolvimento tecnológico. Por isso, a formação do profissional, hoje, deve necessariamente incluir o desenvolvimento de habilidades de investigação e de pesquisa, ou seja, a capacidade de continuar adquirindo novos conhecimentos ao longo da vida. Torna-se, então, fundamental para a formação do profissional o desenvolvimento de suas competências, no que diz respeito, principalmente, às habilidades nos relacionamentos (habilidades duráveis) – capacidade de ser empático, de gerar idéias, de participar e de colaborar com grupos, de solucionar conflitos, de buscar resultados, entre outras.

Essa dimensão voltada para os sentimentos, para a intuição, a busca e solução de problemas, que são diferenciais na qualidade das relações interpessoais, tem sido muito pouco atendida. Temos sido formados para repetir as idéias “certas”, que foram estudadas e aprendidas, ficando a nossa capacidade de gerar idéias novas pouco desafiada.

É necessário que a formação do psicólogo lhe ofereça oportunidades de transformar suas experiências e os dados da realidade em oportunidade de aprendizagem. Isto envolve a capacidade de sonhar com o futuro, para iniciar sua concretização no presente. É ser competente (conhecimento + habilidades) para enriquecer nossas experiências, estruturando-as de modo a obter maior qualidade na sua análise e, conseqüentemente, melhor aproveitamento. Afinal, uma experiência repetida 20 anos não significa 20 anos de experiência.

Em síntese, o conhecimento é o núcleo da competência profissional do indivíduo. Ao lado da informação, constitui um capital de valor estratégico, pois representa a possibilidade de interferir na realidade e gerar inovações. A capacitação do psicólogo necessita continuar com seu núcleo conceitual e básico (fundamentação básica, com formação científica sólida, crítica e criativa; formação ampla, com visão sistêmica), e agregar um outro nível em que se desenvolvam os processos auxiliares e integradores (formular problemas e apresentar soluções alternativas, utilizar bem os recursos da informática e desenvolver habilidades duráveis).

É necessário lembrar que o processo de mudança e de transformação não é uma prática solitária, ao contrá-

rio, exige um elevado nível de colaboração entre profissionais e entre instituições. É preciso articulação, espírito de colaboração e confiança. São as parcerias, o trabalho em rede, as alianças interdisciplinares visando resultados. Assim, criam-se oportunidades para a aprendizagem coletiva e a transferência de tecnologia, fortalecendo as parcerias entre setores institucionais, visando vencer o nosso maior desafio: como fazer para que novos conhecimentos sobre comportamentos adequados no trânsito sejam transformados em hábitos, deixando de ser apenas mera informação que logo se esquece? (comportamento adequado no trânsito entendido como o hábito de uma condução fácil, segura, sem tensões, angústias, traumas, nem reações inadequadas). Como transformar os resultados da nossa prática profissional cotidiana em conhecimento?

Buscando responder essas questões, listo alguns tópicos que, se presentes na formação do profissional do trânsito, poderão contribuir significativamente, esteja ele consciente de que seu trabalho interage com a realidade social e pode contribuir com as transformações do espaço onde vive:

Valores: Os valores fundamentais de convivência social precisam estar presentes – ética, cidadania, compromisso social; especialmente, valores voltados para a convivência no trânsito, tais como: evitar acidentes, cumprir as leis de trânsito, desenvolver comportamento moral de cidadão que convive com outros, permitindo que os outros exerçam seus direitos e se desloquem livremente, sem riscos de que nossas imprudências possam provocar acidentes.

Pesquisas em parcerias: É a análise dos dados da nossa prática profissional, possibilitando a reflexão e a análise, com geração de novas propostas de melhoria de desempenho. Também, é preciso que as várias correntes teóricas sobre como os indivíduos aprendem sejam colocadas em prática e tenham seus resultados avaliados, para teste de eficácia da aprendizagem e formação de hábitos. Divulgar e democratizar estas informações é garantir uma espiral de geração de novos conhecimentos.

Visão Estratégica: No desenvolvimento de programas educacionais é imprescindível olhar para o futuro, pois educar implica em estabelecer um desenho e uma estratégia adequada para alcançar, por vias mais rápidas, os objetivos propostos. É mais que formar – é transformar, é des-envolver (tirar o invólucro).

Motivações: Vários são os motivos que nos levam a agir. É importante averiguar o que pode levar determinadas pessoas e/ou grupos a adquirir conhecimentos, hábitos e atitudes que melhorem o mundo do trânsito. Identificando-os, podem ser traçadas diretrizes de educação mais eficazes. Podemos destacar alguns motivos ligados aos seguintes valores: a) direitos humanos – as pessoas são motivadas por questões que envolvam direitos X deveres, autodisciplina, ética e cidadania; b) ecologia – melhorar o trânsito é melhorar a qualidade do meio ambiente; c) saúde – comportamentos adequados para evitar estresse, acidentes e reduzir suas conseqüências funestas; d) qualidade de vida – para conseguir uma vida mais saudável é necessário modificar certos hábitos e estilos de vida; despertar a auto-estima, envolver o sujeito em sua própria saúde; colocar em evidência os efeitos das drogas e do álcool; desenvolver projetos específicos para os idosos.

Este início de milênio representa, simbolicamente, uma passagem, um momento de recomeço. Devemos aproveitá-lo para renovar e inovar. Mais que isso: é preciso ousar. Criar práticas novas, privilegiando aquelas relativas às interações humanas, com intuição, coragem e fé na vida.

Maria de Lourdes Massara é psicóloga, especialista em Administração Pública e professora do Curso de Capacitação para Psicólogo Perito Examinador da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).



AIDS, sexualidade e mal-estar na cultura

JORGE FRANCA DE OLIVEIRA

Sabe-se que a AIDS é, do ponto de vista biológico, uma doença causada por um vírus denominado HIV e que afeta todo o sistema imunológico do corpo humano. Cabe-nos refletir, agora, sobre como o diagnóstico do HIV/AIDS produz efeitos na subjetividade do infectado bem como nas suas relações sociais.

No início da década de 80, começaram a ser detectados os primeiros casos de AIDS. Constatou-se, num primeiro momento, que os portadores dessa doença tinham algo em comum, além do vírus instalado no corpo: eram pessoas do sexo masculino e com conduta homossexual. Como não havia uma maneira de tratar da doença, ela ficou associada à sentença de morte. Se os homossexuais já eram discriminados socialmente, devido à sua opção sexual, o estar infectado pelo HIV aumentou ainda mais tal preconceito. É como se o portador do HIV denunciasse ao outro, a todo momento, a possibilidade e a proximidade da morte. A partir de então, criou-se, no imaginário subjetivo e social o seguinte vínculo: AIDS é uma doença mortal, transmitida por homossexuais masculinos via relação sexual.

Durante as duas últimas décadas, o assunto AIDS foi objeto de muitos estudos e pesquisas científicas. Pode-se dizer que houve significativos avanços no que se refere à transmissão e à profilaxia dessa doença. Foram descobertas, também, outras possíveis formas de infecção, além da relação sexual, que são: o compartilhamento de seringas no uso de drogas injetáveis com alguém que seja portador do HIV; a doação/transusão de sangue contaminado; no caso de mãe soropositiva pode haver transmissão para o filho na gravidez, no parto e durante a amamentação. E desfez-se o equívoco de que a transmissão do vírus estava restrita apenas aos homossexuais. Ou seja, os bissexuais e os heterossexuais, tanto masculinos quanto femininos, podem também propagá-lo. É interessante ressaltar que a Ciência, nos últimos anos, conseguiu desenvolver medicamentos capazes de um controle maior sobre o HIV, o que permite aos soropositivos viver mais tempo. Mas isso não foi suficiente para se evitar uma epidemia. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, somente este ano, 2 milhões e 600 mil pessoas morreram de AIDS no mundo e 5 milhões e 600 mil foram infectadas pelo HIV. No Brasil, a distribuição e o uso de medicamentos utilizados no combate ao HIV tem conseguido aumentar a expectativa de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS. Entretanto, não se tem conseguido o mesmo êxito no que diz respeito ao impedimento do crescimento do número de casos de infecção. Até maio de 1999, foram registrados oficialmente 163.355 casos, mas na realidade a estimativa é de 1 milhão e 300 mil. No entanto, no imaginário subjetivo e social, quase nada mudou: o diagnóstico da AIDS ainda está atrelado à sexualidade

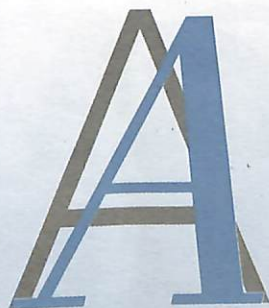
“clandestina” e à morte.

Cabe perguntar, primeiro, por que, no imaginário subjetivo e social, a ênfase sobre os riscos de infecção está mais associada à sexualidade? E, segundo, por que algumas pessoas bem informadas ignoram o que sabem sobre o assunto AIDS e suas formas de transmissão nas suas relações eróticas?

Em relação à primeira questão, vale sublinhar que Freud, em seu texto *O Mal-Estar na Cultura*, coloca que é no amor sexual que o ser humano encontra a mais intensa experiência de satisfação. No entanto, a construção da cultura depende da renúncia à sexualidade ligada ao prazer. Na atualidade, temos como exemplo “o bom profissional, que é aquele que investe todo o seu tempo e por que não dizer toda a sua libido em seu trabalho”. Pouco resta libidinalmente para ele investir em sua sexualidade, nas relações familiares e sociais prazerosas. E mesmo estas podem estar comprometidas com o trabalho.

Como no ser humano a quantidade de energia psíquica não é ilimitada, a libido deve ser distribuída convenientemente. Assim, para que cultura se desenvolva, a sexualidade humana deve restringir-se à reprodução com vínculo na família, ditando, assim, um padrão de normalidade sexual como sendo heterossexual e monogâmico. Em outros termos, qualquer ato sexual ligado ao prazer e não à reprodução e à constituição de uma família é considerado um desvio, isto é, uma perversão. Neste sentido, a sexualidade “clandestina”, seja homo ou hetero, é tida como contrária à cultura. O que permite explicar a discriminação feita pela sociedade e pela cultura tanto à homossexualidade, quanto à heterossexualidade fora do casamento. Em síntese: a sexualidade humana não é natural e livre, mas uma invenção sócio-cultural.

Quanto à segunda questão, podemos dizer que, imaginariamente, algumas pessoas consideram que a proposta de uso da camisinha por um dos parceiros colocaria a relação amorosa sob duas possíveis suspeitas: a de uma provável infidelidade ou a de que um dos parceiros possa ser portador do HIV, levando alguns à prática sexual sem camisinha como prova de amor. Vale dizer que o amor sensual pode ser prazeroso, mas é possível obter prazer, também, nas relações sexuais sem amor e no amor sem sexo. Em resumo: amor não é sexo e nem serve de proteção contra a aquisição do HIV.



O aparecimento da AIDS era tudo o que a moral sexual civilizada precisava para reforçar seus preconceitos em relação à sexualidade “clandestina” como forma de prazer. Neste sentido, pode-se dizer que, metaforicamente, o preconceito é uma doença oportunista. Em seu texto *O Mal-Estar na Cultura*, Freud sublinha três motivos que levam o ser humano ao sofrimento: a decadência do corpo, as forças da natureza e as relações sociais. Mas, para ele, o pior sofrimento é aquele causado pelas relações sociais. Considerando essa abordagem, pode-se dizer que a AIDS acarreta duas dessas formas de sofrimento: primeiro, ataca implacavelmente o sistema imunológico do corpo humano, deixando-o vulnerável a outras doenças e, segundo, ao denunciar uma conduta sexual “clandestina”, altera substancialmente a subjetividade e a vida social de seu portador. É como se o infectado tivesse que admitir, expiar uma culpa e, simultaneamente, se sentir envergonhado por ter “desobedecido” às regras de comportamento sexual ditadas pelo social como “naturais”. Em outros termos, cometeu-se um pecado e é preciso sentir remorso. Cabe dizer que a palavra pecado pode ser entendida como desvio e, portanto, é também sinônimo de perversão. Onde há pecado, há culpa ou sentimento de culpa inconsciente. Assim, o sujeito pecador é condenado pela sociedade e, no seu psiquismo, pelo superego.

Cabe dizer que, segundo Freud, somos governados, simultaneamente, por *eros* e *tanatos*, isto é, nosso psiquismo é regido por forças opostas denominadas pulsão de vida, que busca “preservar a substância viva e reuni-la em unidades cada vez maiores” e pulsão de morte, que visa “dissolver essas unidades e conduzi-las a seu estado primevo e inorgânico”. Em outras palavras, o psiquismo humano é capaz de amar, de desejar, trabalhar, de criar coisas abstratas e materiais maravilhosas e, concomitantemente, é capaz de odiar, de querer o ócio, de negar o próprio desejo, de destruir.

Assim, consciente ou inconscientemente, há duas vias para a satisfação do desejo psicosssexual: a do prazer e a do gozo. Na primeira, predomina a pulsão de vida, que implica numa relação de consideração de um sujeito para com o outro e para consigo mesmo. Já na segunda, governada pela pulsão de morte, o que está em jogo é uma relação de um sujeito para com um objeto, fazendo dele o que bem entender, incluindo destruí-lo ao transformar o prazer sexual num gozo, por vezes, mortal. Nesse sentido, cabe a cada um, independentemente de sua opção sexual e de estar ou não infectado pelo HIV, refletir com qual dessas duas formas de satisfação do desejo pulsional está relacionada não só a sua sexualidade, mas a sua psicosssexualidade. Pois, dessa atitude ética depende o bem-estar ou mal-estar na Cultura.

Jorge Franca de Oliveira é psicólogo, psicanalista, mestre em Filosofia-FAFICH-UFMG, professor de Psicologia e Psicanálise, conselheiro do CRP-04.

O CONSELHO RESPONDE



O psicólogo pode emitir laudos psicológicos de clientes, quando solicitados pelos familiares e/ou advogados, para ser anexados aos processos judiciais?

A partir do grande número de pedidos de orientação que têm chegado ao Conselho Regional de Psicologia, verifica-se que o psicólogo tem sido requisitado freqüentemente, através dos familiares ou advogados, a emitir laudos sobre seus clientes para ser anexados a processos que envolvem decisões judiciais. Tendo em vista a importância do assunto e as possíveis consequências que podem advir de uma condução equivocada desse pedido, são necessários um alerta e alguns esclarecimentos em relação à utilização de pareceres psicológicos em procedimentos judiciais.

Sabemos que o psicólogo vem cada vez mais ampliando seu espaço de atuação, como consequência do reconhecimento da sociedade de que a Psicologia é uma ciência que tem a contribuir com um saber. O Código de Ética Profissional do Psicólogo, além de abordar as contribuições do psicólogo nessa área, delimita também a sua atuação – Capítulo das Relações com a Justiça, artigos 17, 18, 19, 20. Caso se faça necessária a participação desse profissional em questões judiciais, ela se dará através de uma solicitação legal feita por um juiz, o qual nomeará um psicólogo perito para realizar uma perícia psicológica. A perícia deverá responder aos quesitos definidos pelo juiz. Aqui, cabe ressaltar o artigo 20 do Código de Ética: “É vedado ao psicólogo: a) ser perito de pessoa por ele atendida ou em atendimento”. Esse impedimento faz-se necessário, tendo em vista o sigilo profissional, previsto também no Código, que diz: “O sigilo protegerá o atendido em tudo aquilo que o Psicólogo ouve, vê ou de que tem conhecimento como decorrência do exercício da atividade profissional” (art. 21). Salientamos a necessidade de diferenciação de atuação do contexto de atendimento psicológico e do contexto de perícia psicológica. O atendimento psicológico envolve um tipo de estratégia e intervenção distintas de uma perícia psicológica. O lugar do psicólogo no atendimento psicológico diz respeito a uma relação terapêutica que, se for confundida com a de perito, poderá interferir na condução do tratamento. Num atendimento psicológico, as informações obtidas são de uso restrito ao próprio tratamento. Já numa situação de perícia, as informações obtidas serão repassadas para outros, e tais informações podem vir a interferir no resultado de uma decisão judicial.

Desta forma, o psicólogo não poderá emitir laudos psicológicos de clientes para os familiares e/ou advogados para ser anexados aos processos

judiciais. O psicólogo não pode fornecer informações obtidas no atendimento psicológico, uma vez que ele está sob sigilo profissional. Caberá ao juiz, diante deste fato, nomear um outro profissional psicólogo, que irá realizar a avaliação psicológica.

Esclarecemos, ainda, que a nomeação de um psicólogo perito deverá ser dirigida ao profissional que esteja capacitado tecnicamente para realizar uma perícia psicológica, e, como diz o artigo 18, “O psicólogo se escusará de funcionar em perícia que escape à sua competência profissional”. Assim, o psicólogo deverá recusar um pedido feito pelo juiz, quando não se sentir capacitado tecnicamente para realizá-lo, devendo justificar a recusa a partir do Código de Ética Profissional, citando, inclusive, o artigo 1º: “São deveres fundamentais do Psicólogo: a) assumir responsabilidade somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal e tecnicamente”.

Verificam-se, também, alguns pedidos equivocados feitos por juízes para que o psicólogo informe ou emita pareceres sobre uma pessoa que esteja em atendimento ou tenha feito um atendimento anterior. Caberá ao psicólogo, neste caso, informar ao juiz, podendo ser pessoalmente ou por escrito, a impossibilidade de atender o pedido. A justificativa deve ser feita também a partir dos artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Em caso de dúvida, ou ao se deparar com situações semelhantes no exercício profissional, consulte o Conselho Regional de Psicologia para obter orientações sobre a questão.

Câmara de Orientação e Fiscalização / CRP-04

O psicólogo pode fazer propaganda?

Em nossa sociedade, a propaganda tornou-se uma estratégia constante no cotidiano das pessoas. Ela tem como proposta tornar público um “produto para a venda”, sendo essa ideologia ampliada a outros terrenos. Assim, ela surge entre os profissionais liberais e empresas prestadoras de serviços. Com alguns princípios delimitados no Código de Ética Profissional, os psicólogos também passam a utilizar o recurso da propaganda, com o objetivo de informar os serviços que eles

estão capacitados a oferecer.

A delimitação desses princípios surgiu a partir de uma demanda da própria categoria, através de seus conselhos regionais, bem como da sociedade que seria o alvo dessa propaganda. Era necessário, então, um norteamento de como informar sobre os serviços prestados pela Psicologia. A discussão sobre esta questão, dentre tantas outras do nosso Código de Ética, teve como eixo uma ética que levasse em conta o profissional num contexto social e político, com uma dimensão crítica e, acima de tudo, com uma dimensão no compromisso com o cliente, seja ele pessoa ou instituição.

No Código de Ética do Psicólogo, em seu artigo 37, encontramos os seguintes dizeres: “O psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, informará com exatidão seu número de registro, suas habilitações e qualificações, limitando-se a estas”. Vale lembrar ainda que, pelo seu artigo 2º, é vedado ao psicólogo: “a) Utilizar títulos que não possua; b) Apresentar, publicamente, através dos meios de comunicação, resultados de psicodiagnóstico de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas”, e, ainda, “Fazer previsão taxativa de resultados”.

O psicólogo deve estar bem atento a esses artigos quando for divulgar os seus serviços. É de fundamental importância o cuidado em não oferecer soluções fáceis ou enganosas, a fim de adquirir clientela. Para tanto, também é vedado ao psicólogo “Utilizar o preço do serviço como forma de propaganda” (artigo 38, alínea “a”). Esse artigo nos esclarece, também, que o preço não pode ser utilizado como meio atrativo para o serviço prestado. Ainda nesse artigo (alíneas “d”, “f” e “g”), é vedado ao psicólogo: “Propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional”, “Fazer propostas de honorários que caracterizem concorrência desleal” e “auto-promoção em detrimento de outros profissionais da área”.

Desta forma, a propaganda estará atendendo aos seus objetivos. E o psicólogo, ao utilizar-se dos meios de comunicação, deverá fazê-lo “no sentido de tornar conhecidos do grande público os recursos e conhecimentos técnico-científicos da psicologia” (artigo 36).

Estes cuidados fazem-se necessários para preservar não apenas os nossos clientes, mas também para resguardar o caráter profissional da Psicologia. Assim, estamos contribuindo no sentido de (...) “promover a saúde do sujeito na sua inserção social como cidadão, bem como o de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano.”

Lembramos, novamente, que o CRP tem uma equipe técnica à disposição para orientar os Psicólogos quanto às dúvidas sobre o exercício profissional e a sua divulgação.

Câmara de Orientação e Fiscalização / CRP-04



Regulamentação de especialidades em Psicologia

A Lei 5.766 de 20/12/71, que “Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia”, delibera em seu art. 12, do “Capítulo do Exercício Profissional e das Inscrições”, que “Os registros serão feitos nas categorias de Psicólogo e Psicólogo Especialista”; e em seu art. 6º, letra d, que é “atribuição do Conselho Federal (de Psicologia) definir, nos termos legais, o limite de competência do exercício profissional, conforme os cursos realizados ou provas de especialização prestadas em escolas ou institutos profissionais reconhecidos”. O Registro de Especialidades até hoje não foi regulamentado, por diversos motivos que fazem parte da história da nossa categoria e do Conselho.

Vários Conselhos de outras categorias profissionais já têm o Registro de Especialidades regulamentado, como os de Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia e Biologia.

Este é um tema que está em debate pela categoria, impulsionado pela atual configuração do mercado de trabalho, com interesse por um profissional com formação mais específica e maior competência em uma área delimitada, o que leva a uma demanda dos profissionais e do mercado por mecanismos que regulamentem essa formação especializada.

A formação graduada do psicólogo é generalista, formando um profissional com competências gerais para enfrentar o mercado. As especialidades permitem uma formação mais específica, voltada para uma atuação mais qualificada frente às demandas atuais decorrentes da complexidade de nossa sociedade, sendo complementar, e não substitutiva a essa formação generalista.

O debate deste tema não se mostra como uma questão simples. Procederemos ao Registro de Especialidades? Sim? Não? Quais serão os critérios? Esta é uma discussão muito complexa, que envolve uma série de questões, como as que foram levantadas pelo CFP:

“Seria conveniente a regulamentação do título de especialista em Psicologia? Serão benéficos os efeitos deste título sobre o mercado de trabalho e a capacitação profissional dos psicólogos?”

Como estabelecer os tipos de especialistas, tendo em vista as diferentes possibilidades de especialização em Psicologia? Por abordagem teórica? Por tipo de intervenção? Pelas áreas clássicas de atuação? E aí, como ficam as áreas novas? Por um outro critério? Qual?

Outra questão refere-se à necessidade de se estabelecer critérios para a concessão do título de especialista. A legislação do MEC considera como

requisitos para reconhecimento de cursos de especialização que ofereçam um mínimo de 360 horas e que seu corpo docente seja composto por portadores do título de Mestre, aceitando-se o máximo de 10% do referido corpo docente sem esta titulação. Estes critérios são suficientes para os cursos universitários de especialização em Psicologia? Como atuar em relação aos diferentes ‘cursos de formação’ (não acadêmicos) existentes em nossa área? Seus certificados de conclusão podem possibilitar o título de especialista? O CFP deverá credenciar tais instituições? Elas devem estabelecer convênio com instituições de ensino reconhecidas pelo MEC?”

Estas questões estão postas e o debate, aberto. A participação de todos nesta discussão é nossa preocupação e nosso objetivo. O posicionamento diante do Registro de Especialidades em Psicologia significa um compromisso do Conselho e dos psicólogos com uma prática profissional mais ética e consciente, diante de uma sociedade que usufrui do nosso trabalho.

A Câmara de Formação Profissional é aberta a todos os psicólogos, portanto, o CRP-04 convida todos os interessados a participar deste debate, para que possamos trilhar um caminho que reflita um amplo consenso dos psicólogos. A Câmara se reúne quinzenalmente às segundas-feiras, às 15h. Venha, participe! Para maiores informações, entre em contato com a Equipe Técnica do CRP-04. Ou encaminhe suas sugestões sobre o tema para a Câmara de Formação Profissional do 04:

Telefax: (31) 213-6767

e-mail: [_HYPERLINK "mailto:crp04@prover.com.br"](mailto:_HYPERLINKmailto:crp04@prover.com.br)

- crp04@prover.com.br

Rua Timbiras, 1537 – 6º andar – Cep 30140-060

Convidamos, também, para entrar em contato conosco, as instituições que trabalham com formação, pois o CRP está procedendo a um levantamento dos cursos de especialização em Psicologia ou de interesse dos psicólogos, o que é frequentemente solicitado por estes ao Conselho.

FIQUE EM DIA COM A PSICOLOGIA

● Conselho Federal de Psicologia, e os Conselhos Regionais lançam uma Campanha Nacional convidando os psicólogos a se colocarem em dia com a profissão. Este convite não é apenas para aceitar o financiamento com os Conselhos.

Temos um conjunto enorme de profissionais que hoje não recebe nossas correspondências, jornais e revistas por estarem com seu endereço desatualizado nas entidades.

O CRP-04 tem procurado, através de seus meios de comunicação – site, *Quartas no Conselho* e *Conselho por aí* – colocar o profissional em dia com os temas mais atuais da nossa profissão. Não fique por fora! Procure o CRP. Atualize seu débito, seu endereço e fique em dia com a Psicologia.



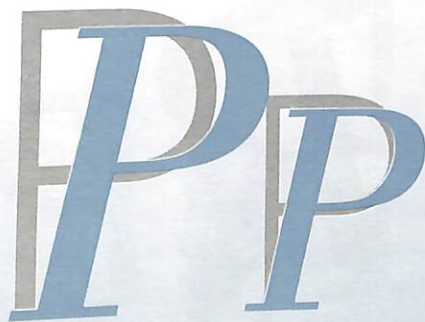
Cinqüentenário do CENPA/SOSP

Reconhecendo o trabalho pioneiro dos colegas e a importância que tiveram para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão, foi comemorado no dia 18 de novembro, na sede do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES), os 50 anos do antigo SOSP – Serviço de Orientação e Seleção Profissional, atual CENPA – Centro de Psicologia Aplicada.

A solenidade contou com a participação do magnífico reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, Gerson de Brito Melo Boson, do professor Pedro Parafita de Bessa, do ex-reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, o professor Aluísio Pimenta, do presidente do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES), Roberto Chateaubriand Domingues, e da atual diretora do CENPA, Heloísa Amélia M. Moreira Silva. Alguns psicólogos que fizeram ou ainda fazem parte do SOSP, como, por exemplo, Raimundo Nonato Fernandes, Ana Maria Sarmiento Seiler, Marlene Baptista Souza Franca e Heloísa Amélia M. Moreira Silva relataram, com orgulho, um pouco de suas vivências e lembranças, resgatando um pouco da história do antigo SOSP e ressaltando a importância do SOSP tanto para a formação dos profissionais quanto para a constituição da profissão enquanto ciência e prática profissional.

Na ocasião, foram homenageados 25 psicólogos: os pioneiros do SOSP e seus diretores ao longo desses 50 anos.

O CRP-04 entende que cuidar da profissão é uma tarefa que só pode ser realizada se formos capazes de reconhecer e recuperar a contribuição e o trabalho de nossos colegas pioneiros.





A Psicologia, profissão e Psicoterapia

ELIONE MATOS MARTINS

A Psicoterapia tem sido objeto de discussão da Câmara de Orientação e Fiscalização do CRP-04. No III Congresso Nacional de Psicologia, a questão da Psicoterapia teve a seguinte orientação: "Que os conselhos profissionais abram um amplo debate sobre a definição de Psicoterapia em termos de sua sustentação epistemológica e sobre a definição dos profissionais aptos a exercê-la". Para intensificar a realização desta proposta, introduziremos aqui algumas idéias desenvolvidas por Luís Cláudio Figueiredo em seu livro *Revisitando as Psicologias*, por traduzirem com pertinência nossas preocupações.

Sobre a Psicologia como ciência interdisciplinar

W. Wundt foi um dos pioneiros na introdução da Psicologia na perspectiva de uma ciência *entre* outras ciências, constituída tanto nas suas relações com as ciências biológicas como nas suas relações com a antropologia, a filologia, estudos de linguagem e de religião etc. Mas a Psicologia deveria ser ambas as coisas ao mesmo tempo. Como integrar em uma só psicologia estas duas metades, considerando-se que as ciências naturais e as ciências da cultura não compartilham as mesmas concepções básicas sobre seus objetos? O que poderia ser uma psicologia que se constituísse como saber interdisciplinar?

Figueiredo reconhece que, no campo dos saberes 'psi', somente a Psicanálise ousa estabelecer-se *na ponte* entre os dois grandes domínios, da natureza e da cultura, nos remetendo à ordem dos fenômenos vitais e de suas leis e à ordem dos fenômenos expressivos e de seus sentidos. Não há como dar conta do humano, da constituição e da dinâmica das subjetividades, senão batalhando pela construção desse lugar tão precário.

Figueiredo nos fala também dos riscos a que um saber interdisciplinar está sujeito: o primeiro é o risco de se descaracterizar, pendendo unilateralmente para algum dos campos que o constituíram (o que é uma grande tentação quando estes campos se organizam sobre princípios incompatíveis). O segundo risco, de conseqüências mais nocivas, é o de perder seu caráter interdisciplinar, fechando-se a outros saberes, deixando de ser atravessado por eles, para enfrentá-los e, de alguma forma, incorporá-los.

Para que uma ciência interdisciplinar mantenha-se viva e cresça, deve abrir-se para um pensamento e uma prática de pesquisa transdisciplinar, afetando e sendo afetada por outros saberes.

Na condição de uma disciplina interdisciplinar, a Psicologia deveria ser capaz de atravessar e ser permanentemente atravessada por outros saberes, o que resultaria, além da interdisciplinaridade constitutiva e da transdisciplinaridade obrigatória, em um saber fecundamente indisciplinado, ou seja, que pela sua própria natureza está sempre transgredindo os limites da disciplina.

A partir desta reflexão, perguntamos: Quais as vantagens e desvantagens de estabelecer limites mais precisos, levando-se em conta as necessidades corporativas, diante da perspectiva da interdisciplinaridade na Psicologia?

Sobre a formação do psicólogo

Os cursos de Psicologia devem atender a algumas necessidades básicas, mas é impossível manter uma adaptação completa às necessidades de seus alunos. Figueiredo propõe uma distinção entre *formação* e *treinamento*, ambos necessários à preparação profissional do psicólogo. Ao formar, estamos oferecendo um continente e uma matriz, a partir dos quais algo possa vir a ser.

As disciplinas formativas são aquelas que promovem a constituição de um ser psicólogo. Ser psicólogo é, por exemplo, saber lidar com a multiplicidade sem recorrer às mais fáceis respostas à angústia que sempre nos acomete quando nos defrontamos com o indeterminado: o ecletismo e o dogmatismo. Ser psicólogo é, também, saber dialogar com áreas afins, já que compete a nós lidar com a unidade psico-socio-biológica. Assim sendo, estaremos sempre nos remetendo à dimensão epistemológica da nossa área de conhecimento.

Mas, ser psicólogo é também ocupar espaços e posições na história e na cultura de nossa sociedade, e estar preparado para lidar com outras posições, com alteridades, o que nos remete à dimensão ética e política de nossa profissão. Em outras palavras, **ser psicólogo, independentemente das escolhas teóricas de cada um, implica em situar-se nos campos da epistemologia e da ética, não sendo jamais um feixe de habilidades técnicas.**

As disciplinas de treinamento são predominantemente habilitantes. Figueiredo evita falar em disciplinas profissionalizantes, porque há habilitações que ainda não são profissionalizantes, e há aspectos da formação que são profissionalizantes.

O termo habilitante indica que estas disciplinas visam ensinar a fazer algo, deixando o treinado a desejar fazer melhor. Dito de outra forma, abrem o apetite do aluno e o exercitam na satisfação, incompleta, deste apetite. É aqui que se passa a esperar cada vez mais que o aluno faça a sua parte.

É, portanto, neste duplo eixo que se processa a preparação profissional do psicólogo: o eixo da constituição de um ser psicólogo e o eixo da habilitação, que, certamente, deixará sempre a desejar.

A formação de um psicoterapeuta está incluída neste processo de formação do psicólogo, que se inicia na universidade e continua por toda a vida: nas instituições de ensino e formação especializadas, em práticas supervisionadas, em contato variado com a boa literatura, com a meditação filosófica, com os estudos históricos e antropológicos de um lado e, de outro, no campo dos estudos psicobiológicos e etológicos.

A formação do psicólogo, inserida numa perspectiva generalista, proporciona a sustentação necessária ao diálogo entre a teoria e a prática, construindo bases para uma postura crítica, que nos permite ir além de técnicas psicoterápicas aplicadas.

Sobre a Lei

A Lei 4.119/62, que veio regulamentar a profissão de psicólogo, no parágrafo 10 do art. 30 estabelece que:

"Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico
- b) orientação e seleção profissional
- c) orientação psicopedagógica
- d) solução de problemas de ajustamento"

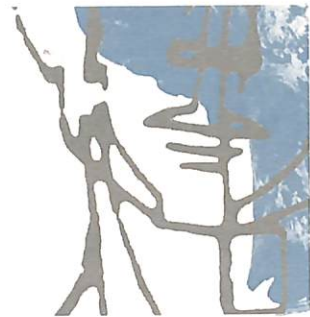
Na letra da legislação do psicólogo fica pendente a definição de Psicoterapia. O Conselho Federal, usando de sua prerrogativa de esclarecer a respeito de lei, busca definir da seguinte forma: a consolidação das Resoluções do CFP, em seu Título 1º, art 2º, item VIII, esclarece que a "solução de problemas de ajustamento é o processo que propicia condições de auto-realização, de convivência e de desempenho para o indivíduo, o grupo, a instituição e a comunidade, mediante métodos psicológicos preventivos, psicoterápicos e de reabilitação." Nessa resolução, a Psicoterapia é incluída como um dos métodos psicológicos, com técnicas específicas da teoria a que se liga.

Recebemos, com freqüência, interpelações sobre a questão da privacidade ou não do exercício da Psicoterapia aos psicólogos. Existem pessoas que se apropriam de um feixe de técnicas e se aventuram em uma prática que se torna nociva, tanto a seus pacientes quanto à "imagem" da Psicoterapia. Há também pessoas que têm desfrutado de excelente formação e se aperfeiçoado grandemente com a prática.

Havendo uma proibição, grande número de pessoas ficariam impedidas de executar uma atividade que podem efetuar bem, ao passo que a mesma atividade estaria franqueada a pessoas para as quais não há qualquer garantia semelhante. Esse não é precisamente o resultado ao qual uma legislação deve conduzir. Os questionamentos que chegam aos CRP's nos levam a pensar na necessidade de regulamentos que viessem a demarcar alguns limites. Pode, também, ser precipitado intervir no desenvolvimento das psicoterapias com regulamentos legislativos. Diante deste contexto, quais seriam nossas possíveis estratégias?

Elione Matos Martins é psicóloga e conselheira do CRP-04.

RP



Psicologia é profissão; Psicopedagogia é especialização

MARIA DO CARMO NAHAS SILVA

Está em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.124/97, de autoria do deputado Barbosa Neto (PMDB/GO), que procura regulamentar a PSICOPEDAGOGIA COMO PROFISSÃO. O Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia estão empenhados na luta pela rejeição desse projeto, esperando contar com o apoio de toda a categoria. Tem havido uma mobilização contra essa ameaça, já que se entende que a psicopedagogia deve se ater a uma especialização, como o é hoje.

A Psicopedagogia não pode ser uma profissão! A psicopedagogia é área de especialização da Psicologia e seus conhecimentos são fundamentalmente da Psicologia, não se justificando a separação deste especialista como um profissional. Não concordamos que uma especialização se transforme em profissão, uma profissão criada a partir de curso de pós-graduação, como propõe o citado projeto de lei.

ESPECIALIZAÇÃO NÃO É PROFISSÃO

A Psicopedagogia é uma interseção entre duas áreas que necessita dos conhecimentos teóricos, dos métodos e das técnicas da Psicologia e da Pedagogia para se constituir. Ela é essencialmente interdisciplinar, e como tal, não pode se descolar de suas fontes de conhecimento. Que contribuição poderia significar a construção da Psicopedagogia como uma área isolada? Como criar uma profissão onde os profissionais deverão ser formados em outras áreas? Cada psicopedagogo terá duplo vínculo, pois deverá ser psicólogo ou pedagogo de formação graduada e psicopedagogo em especialização.

OS INTERESSES

Que interesses poderão estar guiando esta proposta de criar a psicopedagogia como profissão? Grande parte dos profissionais que atuam nesta área é de pedagogos e grande parte do conhecimento que utilizam é da Psicologia. Não podemos permitir que se leve da Psicologia um conhecimento para sustentar uma nova profissão.

OS RISCOS

Há enormes riscos de desenvolvimento, na psicopedagogia como área isolada, de uma visão da escola pela perspectiva individual, buscando causas e soluções para o fracasso escolar, exclusiva ou principalmente, no aluno. Não podemos permitir esse retrocesso e a Psicologia, a Psicologia da Educação e a Pedagogia têm estado atentas para que essa visão não invada e domine a prática dos profissionais.

VISÃO CLÍNICA

Alguns cursos de especialização em psicopedagogia utilizam a terminologia "Psicopedagogia Clínica" para a intervenção individualizada e de orientação às crianças que apresentam dificuldades escolares. A perspectiva clínica parece que vai se tornando dominante e as oportunidades de trabalho têm aumentado, resolvendo problemas de um conjunto de profissionais desempregados ou com baixa remuneração. Contribuí significativamente para isso o mercado de trabalho nas escolas, que é estreito e não se abre para a perspectiva preventiva e de promoção de saúde. Transformar a psicopedagogia em profissão só poderá significar um incentivo à "psicopatologização" do processo educacional.

MÉTODOS ERRADOS

A grande questão está colocada no campo da Pedagogia. Os pedagogos não têm profissão regulamentada. As dificuldades de emprego no setor da educação têm jogado os diversos profissionais na busca de serviços autônomos. Os pedagogos não são exceção. Assim, eles estão lutando, através desse projeto de lei, para terem uma profissão regulamentada. Não seria mais correto regulamentá-la como Pedagogia? Por que estão investindo numa área de interseção com outra profissão? Estão usurpando parte de uma profissão, de um conhecimento e de uma prática profissional que os psicólogos têm orgulho de ter.

ESSE PROJETO DE LEI É UM EQUÍVOCO

Projetos devem existir, leis devem ser propostas, mas projetos e leis devem beneficiar corretamente a coletividade, devem estar em sua função e não em função incorreta de uma minoria que não satisfaz a exigência profissional legal. Nossa luta é para que a psicopedagogia se mantenha como interseção entre a Psicologia e a Pedagogia, que, sendo uma especialização, uma pós-graduação lato-sensu, não se transforme em profissão. Os espaços nessa especialização deverão ser mantidos distintamente, onde o psicólogo dominando conhecimentos, métodos, técnicas e processos psicológicos pratique a Psicologia e que a pedagogia exerça as suas atividades pedagógicas. Os conhecimentos que permeiam a psicopedagogia são alicerçados na Psicologia. Então, por que criar outra profissão onde tudo diz respeito à tarefa do psicólogo educacional?

Este é o nosso espaço, conquistá-lo ou reconquistá-lo depende de nós psicólogos!

O CRP-04, através da Câmara de Psicologia Educacional, do IX Plenário, já se posicionou contra esse Projeto de Lei junto à Câmara dos

Deputados. Mas, ainda não estamos tranquilos, o Projeto de Lei ainda não foi votado. É necessário que continuemos nesta caminhada pela não profissionalização da psicopedagogia! Este espaço deve ser do psicólogo educacional e este já é um profissional, já é registrado num Conselho Profissional.

Caso este projeto seja votado, nós, psicólogos, teríamos que fazer o curso de Psicologia, depois o de psicopedagogia e nos inscrever em dois Conselhos Profissionais para exercer a Orientação Psicopedagógica, pois esta é uma função prevista na lei que regulamenta a profissão do Psicólogo.

Aguardamos a manifestação dos colegas que queiram apoiar a luta que é de todos os psicólogos, e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos. Outrossim, solicitamos por gentileza, que nos enviem sugestões, artigos, textos que julgarem procedentes e que possam esclarecer e alertar sobre o assunto ora tratado, para estudo e possível publicação no J.P.

Psicopedagogia não é profissão, é especialização!

Maria do Carmo Nahas Silva é psicóloga e conselheira do CRP-04.

COBRANÇA JUDICIAL

Neste ano de 1999, o CRP-04 buscou contato com os psicólogos que estavam em débito com a tesouraria. Foram enviadas, por duas vezes, correspondências convidando os psicólogos a renegociarem seus débitos. A campanha resultou em 2.133 negociações, quando se procurou encontrar meios e facilidades para que os psicólogos pudessem colocar em dia suas pendências na tesouraria. Estas negociações procuraram eliminar juros e multas, buscando possibilidades de parcelamento para cada profissional.

Dando seguimento a esta tarefa, o CRP-04 está encaminhando para cobrança judicial aqueles profissionais com débitos desde 1994, conforme a Resolução CFP, Título VIII, Art. 89.

Esta decisão procura respeitar a grande maioria dos profissionais que, apesar das difíceis condições que enfrentam na atual conjuntura econômica, têm procurado se manter em dia com a profissão.

Estar em dia com o Conselho é garantir a possibilidade de continuar um trabalho de cuidar da profissão.

Nilza Rocha Féres: uma grande perda para Minas Gerais

REGINA TEIXEIRA DA COSTA

Dia 12 de agosto de 1999 foi um dia muito triste. O dia em que a Psicanálise mineira perdeu uma de suas grandes colaboradoras: Nilza Rocha Féres. Sua importância para a Psicanálise mineira foi marcante, e sua vida e obra são conhecidas por todos aqueles que compõem este cenário. Conheci Nilza nos últimos dez anos de vida, e posso afirmar que os efeitos produzidos pelo nosso encontro foram fundamentais para a minha formação como psicanalista. E acredito que muitos colegas concordarão comigo, pois compartilharam esse privilégio de conviver com Nilza. Mesmo conhecendo-a há pouco tempo, conversei com muitas de suas mais antigas amigas e colegas sobre seu passado e todos os relatos que ouvi reforçam ainda mais o que já conhecia: a dignidade e ética que permearam seu caminho e a determinação e o envolvimento com o trabalho.

Nilza foi uma trabalhadora incansável e sua contribuição em Minas Gerais foi marcante. Era uma referência na transmissão da Psicanálise. Seu esforço diário na leitura sistemática da obra de Lacan, Freud e na busca das referências tomadas por eles, elucidava as dificuldades e permitia que estudantes e interessados em localizar citações e passagens dessas obras a consultassem, recebendo, em breve, senão de imediato, o retorno. Tinha memória e disciplina admiráveis. Aqueles que a conheceram sabiam de sua grande disponibilidade voltada para os que desejavam saber e se interessavam pela Psicanálise. Sua generosidade cativava e despertava o sentimento de acolhimento necessário para os que desejavam percorrer as dificuldades e os desafios próprios do campo da Psicanálise.

Nascida em Vazante, distrito de Paracatu, veio para Belo Horizonte em 1957. Formou-se em Pedagogia no ano de 1961. Fez reopção para Psicologia, obtendo título em agosto de 1965, pela UFMG.

Iniciou sua carreira acadêmica em 1965 como instrutora de ensino na mesma universidade - primeiro degrau de uma carreira que durou vinte anos. Integrava, naquela época, a equipe do prof. Galeno Procópio de Alvarenga - livre docente de Psicologia Experimental. Desligou-se de sua equipe em 1967, passando a integrar a cátedra de Psicologia Educacional no Curso de Pedagogia, com a equipe do Prof. Pedro Parafita de Bessa, por quem sempre manteve grande respeito e carinho.

Posteriormente, retornou à faculdade de Psicologia como assistente e co-terapeuta do psicólogo Pierre Weil, de 1969 a 1973, quando assumiu a cadeira como titular, junto à colega

Anna Edith Bellico da Costa.

As duas foram as primeiras mulheres a integrar uma mesa no I Congresso Mineiro de Psiquiatria, com um trabalho sobre *comunidade terapêutica*, conceito de Enriquez. Outro trabalho de destaque, durante sua vida acadêmica, foi apresentado em um dos primeiros congressos de Psicologia, em São Paulo. Tratava-se de uma análise do discurso da imprensa sobre o caso Orlando Sabino, autor de uma série de crimes no Triângulo Mineiro, por volta de 1974. Esse trabalho obteve destaque na mídia paulista.

Lecionou na Universidade Federal de 1964 a 1978. Seus alunos e colegas referem-se a ela como uma grande profissional, e mantiveram com ela, até seus últimos dias, laços de gratidão e reconhecimento.

Casou-se em julho de 1966, com o professor Jayme Féres, psiquiatra responsável pela cadeira de psicopatologia no Curso de Psicologia da UFMG, com quem teve duas filhas, Luciana e Laila Féres.

Trabalhou durante alguns anos no Banco da Lavoura, integrando uma equipe pioneira em psicologia do trabalho em Belo Horizonte, lugar onde também fez muitos amigos, que se mantiveram próximos durante toda sua vida.

Nilza desligou-se da Universidade para se dedicar integralmente às atividades clínicas, que ocupavam parte considerável de seu tempo. Fez sua formação em Psicanálise no Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, a partir de 1969, participando dos seminários das quintas-feiras. Permaneceu naquela instituição por muitos anos, integrando a Comissão de Ensino. Já naquele tempo, interessou-se pelo trabalho de Jacques Lacan, e passou a freqüentar os seminários de Antônio Godino Cabas, no Rio de Janeiro, durante seis anos.

Mesmo após ter-se desligado do Círculo, em 1987, manteve seu compromisso com a transmissão da Psicanálise, ministrando seminários em seu consultório particular. Sempre presente na luta pela ética e a Psicanálise, na divulgação e na formação daqueles que desejavam tornar-se psicanalistas. Não recuou diante das inúmeras dificuldades que enfrentou, trafegando de forma singular, buscando uma forma de trabalho sempre vinculada à *praxis*. Defendia a posição do analista como aquele que estava sempre em posição de

responder de modo ético, em qualquer lugar que estivesse.

Durante algum tempo, freqüentou o Simpósio do Campo Lacaniano, o Matema, a Sociedade Mineira de Psicanálise. Após tantas tentativas e já acumulando desilusões a respeito das questões institucionais, iniciou junto com alguns colegas um grupo de estudos. Um lugar onde a psicanálise pudesse ser transmitida sem a preocupação burocrática ou hierárquica própria e necessária ao funcionamento de uma instituição.

Assim nasceu o grupo Pórtico em Minas, inaugurado por Nilza, Eunice Rangel, Ghislainne Pena, Rodrigo Pardini, Maria Izabel Medeiros de Barros e Regina Teixeira da Costa, que contou por um tempo com a participação do Dr. Jayme Féres. Grupo que permanece em atividade, apesar de sua ausência.

Fiel ao que considerava posição do psicanalista, Nilza não recuava diante dos desafios que se apresentavam em seu caminho, aceitava com entusiasmo as demandas de trabalho, acolhia muitos convites para apresentar trabalhos em jornadas de instituições psicanalíticas e o fazia com grande prazer. Dizia que "a demanda vinha vestida com qualquer roupa", demonstrando grande sensibilidade em recebê-la e rigor ao respondê-la.

Participou de duas publicações coletivas: *Culpa - aspectos psicanalíticos, culturais e religiosos*, da editora Iluminuras, em 1998, e *Fascínio e Servidão*, da editora Autêntica, em 1999. Seus artigos, como era de seu feitio, ensinam os leitores que os percorrem, e lhes permitem partilhar da inteligência e competência para manejar e articular com outros campos os conceitos da Psicanálise.

Nosso trabalho no jornal *Estado de Minas*, durante cinco anos, foi uma dessas apostas que deu certo. Se a Psicanálise cuida do que não anda bem no mundo, nos debruçamos a trabalhar sobre o social, na tentativa de implicar a Psicanálise no cotidiano, levando os simpatizantes a penetrar um pouco mais em seu campo. Construir um espaço divulgador e não banalizador da Psicanálise, dando um tratamento simbólico aos fenômenos sociais, sem perder de vista uma preocupação central: a ética. Fazer pensar, e talvez uma tarefa mais ambiciosa e impossível, fazer desejar... Este trabalho foi reunido e compilado para publicação de um livro que será lançado em dezembro deste ano, homenageando-a e realizando nosso desejo comum.

A perda dolorosa, apesar do inconformismo imediato, trouxe também a confirmação de que as marcas deixadas por ela em nossas vidas não desaparecerão, permanecendo tatuadas em nossas memórias. Lembremos de Nilza assim: trabalhadora in-

cansável, nos obrigando a ir em frente, a seguir sempre, apesar das perdas. Vão-se os anéis, ficam os dedos, me disse ela uma vez. E, em outro momento, quando parecia saber de antemão o que ainda, muitas vezes, teríamos de enfrentar, não suspeitando, porém, que fosse ela própria o que se perderia, mais uma vez apontou para aquilo que agora devemos fazer:

"E aqueles que não fazem esse trabalho de luto - que é de desapegar dos objetos perdidos e se ligar a outros - encontram-se em permanente estado de luto. Este, por mais doloroso, sempre se conclui, libertando-se o amor, para o mundo, a beleza e a felicidade.

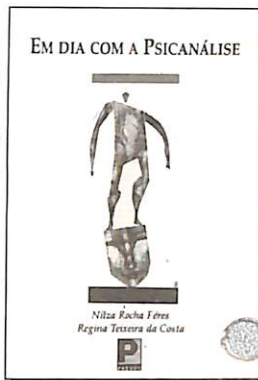
Portanto, a capacidade de trabalho de luto possibilita uma flexibilidade e uma maleabilidade de superar perdas e recomeçar a vida, criando e inventando novas formas de ser feliz com a realidade possível."

Sejamos capazes de assim fazer.

Regina Teixeira da Costa é psicóloga e psicanalista.

Em Dia com a Psicanálise

Este livro é o resultado de um trabalho realizado desde 1993, no jornal Estado de Minas, pelas psicanalistas Nilza Rocha Féres e Regina Teixeira da Costa. Os artigos são uma maneira de estender a Psicanálise para o cotidiano. É um convite, apesar da pres-



sa e da urgência características de nossa época, a escutar e pensar o social. É também a tentativa de responder às questões: o que a Psicanálise pode dizer sobre o social, a fome, a violência e a miséria e o sofrimento humano? Como colocar a Psicanálise na rua, ao alcance do povo, sem correr o risco de banalizá-la ou descaracterizá-la?

Aceitando que os acontecimentos e a vida das pessoas são passíveis de ser tratados pelas vias da linguagem poderiam ser nomeados. Mas da proposta à realização há uma grande distância que tivemos que atravessar a duras penas, com duras críticas, mas também com elogios, e muito prazer. A Psicanálise trata do que não anda bem no mundo e o social é uma das coisas que nunca andam bem, por isso o tomamos como material de trabalho. A tentativa de estabelecer um novo laço social é a aposta desta escrita. Publicar esse livro é um movimento na direção desta aposta. Continuar e não desistir apesar das dificuldades que se impõem em nosso caminho - e dentre elas, a maior: a perda de Nilza antes da publicação.

H